



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 23ª
(VIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 3 DE ABRIL DE 2008.

102

62

164 *branda*

Publicação conferida no DCL nº 75 de 05/05/08
Senador Julio Matrícula: 1193737



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, Iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cabo Patrício a secretariar os trabalhos da Mesa.

Pego aos Deputados que se encontram em seus gabinetes ou nas dependências desta Casa que se dirijam ao plenário, para que apreciemos as matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Pego, também, ao Deputado Rôney Nemer e à Deputada Jaqueline Roriz, que comandam os trabalhos de retirada das pessoas do *Gran Circo Lar*, que entrem em acordo, pois a Secretária Márcia Fernandez está aqui pronta para ouvir a Comissão e os Deputados.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 21ª Sessão Ordinária;
- Ata da 22ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 71, de 25/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 23ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - *Dá-se início ao*
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, o meu partido, o PDT, realizará um Congresso no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal para traçar os rumos do partido.

Neste momento, a política vive uma não-ideologia. Há uma falta de discussão sobre Ideologias políticas. O pragmatismo tomou conta da cena política. É muito mais uma disputa hoje por cargos, uma disputa fisiológica, clientelista, do que propriamente uma disputa de idéias.

Neste momento, eu quero discutir um pouco sobre idéias. O Estado cumpre um papel importante, principalmente num país recheado de desigualdades e diferenças sociais, como o Brasil. O Estado tem um papel a cumprir. A máquina do Estado é muito pesada hoje para o contribuinte. O contribuinte paga muito caro para o Estado funcionar, e com uma carga tributária abusiva, exorbitante. Tem-se que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

reduzir o custeio da máquina do Estado para que possamos, junto com a redução brutal das despesas e dos gastos públicos, ter uma redução também brutal nos impostos, que penaliza principalmente a classe média, que é praticamente "assaltada" no momento em que tem de pagar seus impostos. Além disso, o Estado gasta muito com as atividades-meio e pouco com as atividades-fim.

Penso que o meu partido deveria construir uma nova alternativa, não eleitoral, mas política, para esta cidade e para este país. Não é nem defender que o meu partido vá para a Oposição, tanto no plano local quanto no plano federal, mas defender que o meu partido seja Independente, tanto do Governo local quanto do federal. Essa é a minha posição, e a coloco com toda a sinceridade e com toda a transparência. Eu defendo que o meu partido não ocupe cargos, nem no Governo federal, nem no local, e que apóie os bons projetos e critique os errados. E para isso não é necessário ocupar cargos. O partido deve apolar as coisas boas e criticar as erradas, mas sem ocupar cargos. E que possa dar uma contribuição para o país e para a cidade.

O partido deve fazer uma oposição – como faço aqui –, mas uma oposição fiscalizadora, construtiva, que apóie as coisas boas e critique e ponha o dedo na ferida, nas coisas erradas. Esse é o papel do Poder Legislativo. O Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador.

Além disso, quero discutir um pouco o papel do Estado. No início da década de 80 do século passado, tivemos na Europa o antigo modelo socialista. Tivemos a entrada deste modelo no poder na França, em 1981, com o Partido Socialista, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

François Mitterrand. Tivemos também na Espanha a entrada do PSOE, Partido Socialista Operário Espanhol, com Felipe Gonzáles. Ambos reconheciam que o Estado não poderia mais ser detentor dos meios de produção, que era o conceito antigo de socialismo, mas que cabia ao Estado ser o agente indutor do desenvolvimento social e o equilibrador da questão social, em termos de ser o indutor no sentido de fazer a justiça social.

O crescimento econômico tem que ser feito via mercado. É o mercado que vai fazer isso. É a lei da oferta e da procura. Cabe ao mercado. Agora, o equilíbrio social cabe ao Estado. As pessoas me perguntam o que é ser socialista no mundo de hoje. Eu respondo que ser socialista no mundo de hoje é você garantir uma educação pública de qualidade e uma saúde pública de qualidade. É garantir que independentemente de a pessoa ser filho de um rico ou de um pobre, ela tenha direito a uma educação pública de qualidade. É garantir que ela tenha direito a chances parecidas. Que ela tenha uma escola, independentemente de ser filha de uma família rica ou pobre. Que ela possa ter um ensino se não igual, pelo menos parecido. Isso é que é socialismo. É você dar oportunidades pelo menos parecidas às pessoas que nascem na mesma terra, independentemente da classe social a que pertencem. Agora, o crescimento econômico cabe ao mercado.

Cabe ao Estado não atrapalhar, porque às vezes o Governo, com a sua burocracia, atrapalha demais. O Governo não pode atrapalhar. O que o Governo deveria fazer é não penalizar os contribuintes com impostos altos, reduzir



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

brutalmente os seus gastos públicos, promovendo uma conseqüente redução brutal do nível de impostos que hoje a sociedade paga.

Que o Estado possa reduzir brutalmente os seus gastos públicos para que possamos ter uma redução também brutal nos impostos. Sejam eles diretos, que a população paga na sua renda, sejam eles indiretos, que a população paga quando consome algo.

Hoje a classe média vem sendo penalizada de forma brutal por um sistema tributário injusto, que não provoca o que deveria ser um sistema fiscal. Não provoca a justiça social.

O que eu vou pedir ao meu partido no domingo é que ele seja independente dos governos local e federal e que defenda uma redução brutal nos gastos públicos, com uma conseqüente redução na carga tributária, no nível dos impostos que a população paga nos dias de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço licença a V.Exa. e agradeço ao Deputado Milton Barbosa pela paciência habitual para fazer um registro nesta Casa.

Triste a cidade que não respeita os seus artistas.

Sr. Presidente, mão-de-obra contratada pelo GDF, para participar do projeto Brasília Limpa, para retirada de *outdoors* e *frontlights* irregulares, derrubou - pasmem todos os presentes – doze mosaicos de mármore com poesias do nosso saudoso professor e poeta, Cassiano Nunes, e de outros artistas da cidade.

A cantora e poeta, Mariza Monte, disse:

"Apagaram tudo

Pintaram tudo de cinza

A palavra no muro

Ficou coberta de tinta

Apagaram tudo

Pintaram tudo de cinza

Só ficou no muro

Tristeza e tinta fresca"

A poeta fez esse poema em homenagem ao poeta Gentileza, sábio Deputado Paulo Roriz, que nos anos 80 escreveu sua obra - frases de paz, amor e gentileza - em 56 pilastras do Viaduto do Caju, na cidade do Rio de Janeiro. Até que um dia, espantada, a cidade acordou e haviam apagado tudo, pintaram tudo de cinza.

Como ocorreu lá, lamentavelmente ocorreu também em Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Parafraseando a poeta Marisa Monte, eu diria a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, nós que passamos apressados pelas ruas da cidade merecemos ler as letras e as palavras de Cassino Nunes e dos demais poetas desta cidade. Esses sim, são eternos. Os governos passam, esses são eternos.

Assim como foram obrigados a fazer no Rio de Janeiro, espero que o Governo do Distrito Federal, Deputado Paulo Roriz; Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, também repare a obra do nosso mestre Cassiano Nunes e devolva a Brasília esse pedaço da nossa história já gravado em nossa identidade cultural.

Faço esse apelo ao Deputado Leonardo Prudente; ao Presidente, Deputado Wilson Lima, ao Deputado Milton Barbosa, que teve a parcimônia de ouvir este modesto Parlamentar.

Crelo que esta Casa Legislativa não pode deixar que ocorram crimes lesa-pátria como o que ocorreu esta semana.

Tenho certeza absoluta de que podem até matar homens e mulheres, mas não matam idéias e não matam poemas, jamais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Prudente pediu que eu registrasse a fonte.

Agradeço ao Deputado Milton Barbosa pela parcimônia habitual - até pela causa aqui levantada - e, também, ao Deputado Leonardo Prudente por ter me procurado.

Soubemos da notícia por meio do *Caderno Cidades* - página 36, quinta-feira, 03 de abril de 2008 - do prestigioso jornal *Correio Braziliense*, de autoria do jornalista Pablo Rebello. Requeiro a juntada desses dados ao meu pronunciamento e passo a matéria ao nobre Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, agradecendo S.Exa. pela sensibilidade.

(Matéria a que se refere o Deputado Chico Leite.)

CIDADES

Derrubada de painéis criados pelo grupo Loucos de Pedra revolta artistas e moradores do Plano Piloto. A Administração de Brasília alega que as peças foram instaladas nas paradas de ônibus sem autorização

Jogaram a poesia na lata do lixo

PABLO REBELLO

DA EQUIPE DO CORREIO

“Quebraram a obra do professor Cassiano?”, perguntou, atônito, o comerciante Sérgio Ribeiro Delfino, 41 anos, ao passar pela parada de ônibus da 711 Sul. Morador da quadra, ele ficou indignado ontem ao ver os dois prismas de mármore e granito, com as poesias do falecido mestre, em pedaços no chão. Sentimento compartilhado pelos vizinhos e pessoas que passam pelo local diariamente. As peças, colocadas em homenagem a Cassiano Nunes próximas da casa onde ele morava, faziam parte de um conjunto de mosaicos poéticos distribuídos pelas paradas de ônibus da W3 Sul de autoria do grupo Loucos de Pedra — que fundou a Antologia Poética de Brasília.

Mas, desde ontem, o público não tem mais acesso às obras de arte. Elas sumiram entre terça-feira e ontem de manhã com a publicidade dos “pirulitos” — blocos circulares de concreto onde se afixavam cartazes de propagandas. Tudo retirado por mão-de-obra contratada para participar do Projeto Brasília Limpa, segundo o administrador da cidade, Ricardo Pires. Ele explicou que havia diversas reclamações de moradores e usuários de transportes públicos relacionadas à acessibilidade das paradas de ônibus. “Tanto as placas quanto os pirulitos e peças publicitárias atrapalhavam certos usuários dos coletivos. Caso dos cadeirantes, que sentiam dificuldades para ter acesso aos veículos”, ressaltou.

O administrador negou ter conhecimento da destruição das obras de arte. “Nossa ideia era

Paulo H. Carvalho/CB



O ARTISTA PLÁSTICO HENRIQUE GOUGON RECOLHE OS PEDAÇOS QUE RESTARAM DO AUTO-RETRATO DO POETA E PROFESSOR CASSIANO NUNES, MORTO EM 2007

Carlos Vieira/CB - 14/9/04



deles homenageava um poeta de Brasília. As peças encontravam-se distribuídas em seis pontos da W3 Sul e traziam um alento para os brasilienses que paravam para contemplá-las. Como no caso do estudante recém-formado em educação física David Ramos, 26 anos, que costumava admirar as poesias na hora de pegar o coletivo. “Transformaram a arte em lixo e ainda jogaram no chão. Nem para limpar a sujeira que fizeram”, apontou.

Ainda mais indignado ficou o

amigo, que morreu em outubro do ano passado, e lamentou. “Ele não merecia isso.”

Os poetas que deram asas aos pensamentos dos brasilienses na forma de versos compartilhavam da mesma opinião. “Isso é grave. A cidade não pode tratar mal os seus poetas, que procuram estabelecer intervenções positivas para a população. As peças só embelezavam o ambiente urbano”, desabafou o poeta Nicolas Behr, cujas palavras enfeitavam duas placas na

Itinerário interrompido

Pelos pontos de ônibus da W3 Sul encontravam-se placas que deveriam informar os itinerários do transporte público, mas que há anos estavam corroídas e recobertas de pichações. A ideia de usar os pedaços de metal que não serviam para nada como um painel artístico para embelezar a cidade partiu do artista plástico Henrique Gougon no início de 2004. Surgiu o grupo Loucos de Pedra, que, com ajuda de poetas locais, passou a levar cultura para as ruas. “Dessa forma, as pessoas não precisavam ir aos museus para contemplar obras de arte. Bastava passar pela parada de ônibus”, ressaltou o artista.

Nos últimos quatro anos, as palavras dos poetas ocuparam seis paradas de ônibus da W3 Sul. Eudoro Augusto, Nicolas Behr, Fernando Mendes Viana, Fausto Alvin, Cassiano Nunes e Angélica Torres Lima forneceram a matéria-prima para a construção dos mosaicos de mármore e granito. E alimentaram as fantasias de milhares de brasilienses que corriam em busca

9-2

acesso aos veículos, ressaltou. O administrador negou ter conhecimento da destruição das obras de arte. "Nossa ideia era procurar um local para alojar essas manifestações artísticas, mas se isso realmente ocorreu, temos que procurar um meio de compensar essa perda. Talvez conversar com o artista e ver se ele não pode construir outra peça parecida", sugeriu Pires. No entanto, o administrador negou responsabilidade pelas derrubadas na W3 Sul. "O programa é supervisionado pela Coordenadoria de Cidades", apontou.



CASSIANO NUNES E GOUGON NO LANÇAMENTO DO PROJETO, EM 2004

O Projeto Brasília Limpa, que nos últimos dias tem trabalhado na retirada de engenhos publicitários da área tombada da cidade, é executado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Sufis). O coordenador de Operações da Sufis, Paulo Cé-

sar Perez Nunes, esclareceu que tem atuado somente na retirada de outdoors e frontlights.

Indignação

Ao todo, 12 mosaicos poéticos deixaram de enfeitar as paradas de ônibus da cidade. Cada um

lixo e ainda jogaram no chão. Nem para limpar a sujeira que fizeram", apontou.

Ainda mais indignado ficou o artista plástico Henrique Gougon, 61 anos, que teve a ideia de usar velhas placas de itinerários de ônibus corroídas e maltratadas pelo tempo para abrigar a arte. "Sou favorável à limpeza dos outdoors, mas não a isso. Destruíram um presente que demos à cidade", resumiu. Ao pegar os cacos que um dia fizeram parte do auto-retrato de Cassiano Nunes do chão, ele não conseguiu evitar as emoções. Lembrou do

peças só embelezavam o ambiente urbano", desabafou o poeta Nicolas Behr, cujas palavras enfeitavam duas placas na 705/706 Sul. "Não chegaram nem a nos avisar. Trata-se de um desrespeito ao artista", disse a jornalista e poetisa Angelica Torres Lima, que teve as duas placas feitas em sua homenagem salvas da destruição pelo prefeito da 712 Sul, Danilo Farage, 50 anos, que brigou com fiscais pela preservação dos painéis. Sorte que não tiveram as outras obras de arte, onde os fiscais passaram e as palavras foram ao chão.

more e granito. E afirmaram as fantasias de milhares de brasileiros que sonhavam em escrever tão bem quanto eles. "As pessoas chegavam a parar e copiar minhas poesias em cadernos pessoais", contou Nicolas Behr. O grupo de artistas plásticos que auxiliou Gougon na montagem das peças sonhava com o dia em que todas as paradas de ônibus de Brasília contariam com um trabalho deles. (PT)

Pioneiros divergem sobre a fundação

Três de novembro de 1956, data de construção dos primeiros acampamentos na Candango-lândia, e 20 de abril de 1957, dia do Marco Zero do traçado do Eixo Monumental e do Plano Piloto,

são, segundo o jornalista e historiador Jarbas Marques, duas datas que mereceram destaque no debate sobre a fundação de Brasília, ontem no Instituto Histórico e Geográfico do DF.

Ernesto Silva, Afonso Heliodoro dos Santos, Jarbas Silva Marques, Walter Albuquerque Mello, José Adirson Vasconcelos, Raimundo Nonato da Silva e Lourenço Fernando Tamanini apresentaram diferentes pontos de vista para responder: "Em quantos dias ficou pronta a capital federal?"

Ernesto Silva afirmou que a construção de Brasília levou três anos e um dia, portanto, começou em 20 de abril de 1957. Afonso Heliodoro pensa diferente.

"Não podemos considerar o momento em que o espermatozoide fecunda o óvulo, mas o momento em que a criança nasce: a data seria 3 de novembro de 1956."

Todos concordaram que para chegar a um consenso é preciso mobilizar as autoridades para a recuperação dos documentos de Jofre Parada, participante da comissão criada para desapropriar as fazendas localizadas dentro do Quadrilátero Cuídes, na época da criação de Brasília.



DEBATEDORES NÃO CHEGARAM A CONSENSO SOBRE INÍCIO DAS OBRAS DA CAPITAL



Crônica da Cidade

CONCEIÇÃO FREITAS // conceicao.freitas@conceioweb.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

CONDEFÉ, Ó O SEU COISA

Condefé, os leitores vão dizer que estou abusando da paciência deles. Mas é que recebi um livro de expressões do interior de Goiás, bela edição por sinal. E como eu tô de ôi no jeito goiano de falar, separei mais algumas pra suavizar, ou pelo menos tentar suavizar, essa vida dindoidá quarquer um. Vale dizer que muitas das expres-

sões são comuns ao interior do país.

Goiano de Jarai, Gênio Eurípedes escreveu *Na flor da idade e na idade da flor* para recuperar expressões da infância, do tempo em que ele comia arroiz requentado com ixtatin de tomate e um quejín dirlitido purcima e ainda queria um ovo dendele.

Naquele tempo, zarô era o nome que se dava para estrábico. Rádica era a emissora de rádio. Toicin se punha no feijão. Os trábicê eram de algodão, duros de entortar o pescoço.

Quando chegava o tempo das eleições, era comico todo dia. Ôce vai ou quá?, perguntavam os adultos uns aos outros. Prondá-nois-tamo-mo?, perguntavam as crianças. E se elas en-

contravam alguém de quem não se lembravam o nome, gritavam: "Ô, seu Coisa?" Tinha também seu Coisin.

Na falta de coisa melhor para fazer, todo mundo ia ouvir os políticos em campanha. Só não ia pro comico quem estava perrengue. Pra fr pro comico, os homens passavam briantina no cabelo e no bigode. Levavam ispei de borso e pente pra de vez em quando conferir a beleza. As crianças ficavam preocupadas com a roupa e com as comilanças na rua. A mãe já tinha avisado: "Não me venham com as roupas cheias de nódia". Caju dá uma nódia danada.

Se chovia, todo mundo ficava tirando de frio. E corria pra casa. Menino

gripado ouvia a reclamação da mãe: "Vai suá esse nariz, treim feil. Do jeito cotoveno, vai ficar de cama."

Na volta, a mãe tinha preparado o cardápio preferido das crianças, armonca — aquelas bolotas de carne moída. Não havia suco, era refresco, mesmo se feito da fruta tirada do pé. Refresco de tamarino, bacaxi e grosêia. Os homens aproveitavam o resto do dia de folga pra jogar bará.

— Aqui, não, cabritin! Aqui cê berra!

— Aqui não, vagabundo! Truco-seis-miiii!

— Aqui, não, cachorro sarneto! Vem!

— Aqui, não, chifrudo! Te quebro

no mei!!!

Vai compra um fôsqi pra mim, minjão! E traz a bassôra do terrero preu barrê a casa. É um pé lá outro cá.

Oncevai?, perguntava o amigo do garoto. Oncefoi?, perguntava outro abelhudo, na volta.

Minino tinha piô. Uma vez por semana, mãe de minino sentava na porta da casa e fuçava a cabeça da filha-rada à procura de piô.

Mãe, o pai tá afl, perguntava a filha. É patá, respondia a mãe.

Lâmpada era lampá, relâmpago, relampo. Frear o carro era brecá. Pflula? Não. Piula. Tabefe? Não. Tebefe. Ondetatu que nunca ouviu um goiano pé-rachado falano tudo desse jeito?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem me referi ao fundo penitenciário.

Hoje, venho à tribuna lamentar, prestar solidariedade e parabenizar uma autoridade do Governo.

Lamento porque o Deputado Raimundo Ribeiro, Secretário de Justiça e de Cidadania, não compreendeu o significado de uma parte da Segurança Pública que foi colocada na sua pasta: o sistema penitenciário. S.Exa. não entendeu a complexidade, a singularidade de um sistema em que o quesito segurança é fundamental. O Secretário misturou as atividades, desconsiderou os policiais civis e os técnicos penitenciários que ali trabalham, desautorizando as autoridades policiais na pessoa do Dr. Anderson Espíndola – desmentindo-o em público, em atitude que nem o maior dos amadores gestores praticaria.

O Deputado Raimundo Ribeiro está – digo isso com muita tristeza – usando o sistema penitenciário como *pro domo sua*, expressão tirada do título de um discurso de Cícero; ou seja, utilizando em causa própria e para os seus próprios interesses. Levei o problema a S.Exa. e ao Dr. José Alberto, que o levaram ao Governador José Roberto Arruda. E o Governador – de quem falarei na fase final do meu pronunciamento – resolveu intervir.

Venho prestar solidariedade aos setecentos e noventa servidores do sistema penitenciário: aos delegados, que chefiam a direção dos presídios e seus adjuntos;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

aos seiscentos e quarenta e quatro agentes penitenciários e aos técnicos de administração e de apoio policial. Não é possível que uma pasta, um assunto como esse seja colocado na mão de amadores - embora o Deputado Raimundo Ribeiro tenha sido advogado criminalístico.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, concordo com V.Exa. e congratulo-o pelas suas palavras em defesa do sistema penitenciário. Sabemos das dificuldades pelas quais passa esse sistema e é importante que tenhamos pessoas comprometidas com ele. Sabemos das dificuldades sofridas pelos profissionais nas localidades de trabalho. Tanto é que antes havia quase quatrocentos policiais bombeiros militares desviados de função – realizando serviços de agentes penitenciários – , e hoje só temos duzentos, junto com os profissionais da Polícia Civil, os delegados, que ocupam cargo de chefia ou não, mas que têm feito um bom trabalho, superando-se inclusive em função da sobrecarga. E sabemos de diversos problemas que existem e que o Governo Arruda não conseguiu resolver, demonstrando ingerência política na área de sistema penitenciário. Sabemos, inclusive, que se esta Casa não tomar medidas urgentes - como a aprovação do projeto de lei da GETAP, que eleva o teto dos Policiais e Bombeiros Militares que ocupam função para garantirem a segurança no presídio; e a criação do Fundo Penitenciário, que garante recursos para resolvermos todos esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

problemas - assistiremos em breve a uma crise no sistema penitenciário, que está à beira de um colapso, de uma rebelião.

Deputado Milton Barbosa, caso V.Exa. concorde, poderíamos apresentar um requerimento convocando o Secretário Raimundo Ribeiro para prestar esclarecimentos, a fim de que possamos ajudá-lo a solucionar este problema que é tão grave.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Sr. Presidente, finalizo parabenizando o Governador José Roberto Arruda por sua intervenção no problema. Sabedor do que se passava no sistema penitenciário, S.Exa. reuniu-se com todos os dirigentes, com o Secretário de Segurança Pública e com o Subsecretário e ontem resolveu, com muita habilidade, colocar um pouco de calma no sistema, restaurando a autoridade de todos os delegados que ali estão. E S.Exa. resolveu homenagear, evidentemente, sem tirar a autoridade do Secretário Raimundo Ribeiro.

Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria que o Governador Arruda, que com muita habilidade conseguiu estancar uma crise, ouvisse a voz rouca do Poder Judiciário - falo do Juiz da Vara de Execuções Criminais e do Ministério Público que ali atuam - para S.Exa. se situar melhor, porque não há sentido ter uma Secretaria de Justiça que não se relacione bem com a Justiça, ou melhor, que a Justiça não acredite no seu titular.

Muito obrigado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais colegas, senhoras e senhores, ontem nós tivemos nesta Casa a visita de representantes do Movimento Orgulho Autista do Brasil, que trouxeram um documento à nossa frente parlamentar em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do idoso nesta Casa. Nesse documento eles fazem uma série de solicitações para que esta Casa coloque esse documento nos seus Anais.

Sr. Presidente, por esse motivo, solicito a inclusão do referido documento nos Anais desta Casa. Eles solicitam também encaminhamentos ao Governo do Distrito Federal. Nesse sentido, eles encaminham a solicitação da criação da Subsecretaria dos Assuntos da Pessoa com Deficiência, já anunciada pelo Governador Arruda.

Sr. Presidente, nesse sentido, eu gostaria de agradecer à Mesa Diretora, na pessoa do Presidente Alírio Neto, que colocou à disposição um anúncio para que pudéssemos falar mais claramente sobre essa questão que é tão importante e que sofre de uma falta de compreensão muito grande por parte da nossa sociedade.

Então, venho a esta tribuna dizer que estamos encaminhando esse documento a todos os Parlamentares da Frente, agradecendo à Mesa Diretora e ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Presidente, para que um anúncio sobre a questão do autismo possa ser levado a conhecimento público, bem como as principais reivindicações junto ao Governo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

(Documento a que se refere o Deputado Benício Tavares.)

O retorno do Centro de Orientação Médico Psico-Pedagógica (COMPP) para o seu local de origem na Avenida W3 Norte e a criação de um centro de atendimento complementar para pessoas autistas e de uma biblioteca nacional sobre autismo, com o acervo necessário para pesquisas e estudos sobre o tema, são as principais reivindicações apresentadas pelo Movimento Orgulho Autista do Brasil à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso da Câmara Legislativa.

O documento me foi entregue ontem por integrantes do Movimento, na data em que se celebra, em todo o mundo, o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, estabelecido pela ONU como o dia 2 de abril. A entidade pede ainda a criação da Subsecretaria dos Assuntos da Pessoa com Deficiência, já anunciada pelo governador Arruda.

Estou encaminhando o documento para conhecimento dos demais distritais integrantes da Frente e, posteriormente, vamos agendar uma reunião com o governador para tratar da questão.

O autismo é uma deficiência do desenvolvimento, que se manifesta até os três anos de idade e advém de um transtorno neurológico. Afeta o funcionamento do cérebro e se caracteriza por deficiências na interação social, problemas na comunicação verbal, além de padrões de comportamento.

Das reivindicações apresentadas pelo Movimento, a mais urgente é o retorno do COMPP para o prédio na W3 Norte. O imóvel foi fechado para reformas e as crianças transferidas para a antiga Escola Normal de Brasília, na W5 Sul, onde as condições de atendimento são inadequadas e precárias.

Após a reforma, instalou-se no local a Faculdade de Medicina do GDF, apesar da garantia da Secretaria de Saúde DF de que o COMPP voltaria para a W3 Norte. No entanto, a mudança ainda não ocorreu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Benício Tavares, está registrada a solicitação de V.Exa.

É muito bonito de sua parte o acolhimento que V.Exa. deu a essa comissão. Nós sabemos da sua luta, do seu trabalho e da Frente que existe em defesa dos portadores de necessidades especiais.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, servidores desta Casa, amigos na galeria do plenário, que hoje, mais uma vez, visitam-nos, muito obrigado pela presença!

Ontem, nós assumimos um compromisso com a Associação dos Ambulantes do Gran Circo Lar e chamamos a Subsecretária Márcia Fernandez, que está na coordenação desse trabalho, a vir hoje aqui para fazer uma exposição aberta, Deputado Chico Leite, clara e transparente dos critérios utilizados pelo Governo para a distribuição dos *boxes* do *shopping* popular, próximo à Rodoferroviária.

Portanto, é uma oportunidade de ouvirmos do próprio Governo, de seus técnicos, a forma, os critérios e o andamento de sorteio dos *boxes* para os ambulantes que serão contemplados com um espaço no novo *shopping* popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos lembrar que este mês, Deputado Raad Massouh, Deputado Batista das Cooperativas, é o mês das primeiras colheitas! As primeiras grandes colheitas deste Governo, após medidas duras de contenção de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

gastos, de redução de despesas e de corte de pessoal! As obras foram licitadas, e hoje nós estamos colhendo os resultados desse trabalho do Governo!

Anteontem, dia primeiro, o Governador, com toda sua equipe, e toda a população tiveram a oportunidade de acompanhar os trabalhos do nosso "Brasília Limpa", limpa dos painéis, limpa dos *outdoors* e das matérias publicitárias que muitas vezes poluíam o centro de nossa cidade.

No dia de ontem, foram ainda removidas obras com poemas dos pontos de ônibus, Deputado Chico Leite. Lamentavelmente, recebemos a informação de que os artistas e poetas não pediram autorização à Administração Regional ou à Secretaria de Transportes. Se o tivessem feito, tenho certeza de que não haveria nenhum óbice quanto à manutenção daquelas obras, uma das formas mais belas, a mais pura expressão da poesia e da cultura de nosso povo.

Tenho certeza de que, se ainda for possível, levarei o pleito e as ponderações de V.Exa. ao Governador Arruda e ao Secretário de Cultura para que se possa restabelecer a cultura nas paradas de ônibus.

Ontem, Deputado Cabo Patrício, foi o dia das inaugurações na cidade do Paranoá e do Itapoã. Foram obras simples, obras de iluminação pública, de paradas de ônibus que, certamente, Deputado Milton Barbosa, vão melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas que moram naquelas localidades, naquelas regiões.

É uma bela obra. Foram quase quatorze quilômetros de iluminação, com a mesma modelagem, com a mesma eficiência e a mesma beleza do nosso Eixo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Monumental. E também as paradas de ônibus. Com isso, creio que o Governo começa a responder às expectativas e esperanças da população.

Amanhã estaremos em Ceilândia e o Governador pede sejam convidados todos os Deputados para a inauguração de obras. Amanhã, toda a manhã será dedicada à cidade de Ceilândia!

E todos os dias, Deputado Reguffe, iremos a uma cidade: uma grande obra, uma pequena obra, não importa o tamanho da obra! O Governo resgatará e devolverá à população uma pequena parte dos recursos dos contribuintes, pelos quais V.Exa. tanto tem zelado nesta Casa!

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente, eu quero parabenizar o Governo por essa campanha “Cidade Limpa”. Considero importantíssimo limpar esta cidade. Essa é uma das funções do Governo.

Agora, como V.Exa. sabe, sou autor de uma proposição que apresentei no início da Legislatura, no ano passado. Trata-se de um projeto que proíbe *outdoors* em vias públicas, disciplina toda a publicidade visual da cidade e padroniza as fachadas das lojas comerciais.

Eu penso que é positiva a retirada de *outdoors* do Plano Piloto, da área tombada. Agora, o Governo deveria também estender isso a todo o Distrito Federal. Até para que o DF seja tratado como um todo, sem haver tratamento diferenciado do Plano Piloto para nossas demais cidades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

E deveria também haver padronização das fachadas das lojas comerciais. A comercial de Taguatinga e algumas comerciais do Plano Piloto, ao entrarmos nelas, parece que se está em uma feira! São letreiros para todos os lados e tudo mais! Deve haver dentro dos letreiros a criatividade de cada um! Agora, os tamanhos têm de ser parecidos, deve haver uma padronização!

Nós temos a obrigação de cuidar da cidade, de organizá-la. Vejo isso como um avanço do GDF. Na minha opinião, o Governo está de parabéns por retirar os *outdoors*! Agora, precisa tentar ir além: fazer isso no Distrito Federal inteiro e padronizar as fachadas das lojas comerciais!

Era esse o meu aparte, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Obrigado, Deputado Reguffe.

Eu vou requerer ao Setor de Taquigrafia e à Assessoria as notas taquigráficas do aparte de V.Exa., pois serei o porta-voz desse comunicado ao Governador Arruda.

Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, espero que nesta tarde possamos discutir matérias importantes para a população.

Há vários itens a serem apreciados, e eu farei, no momento oportuno, uma intervenção da tribuna para propor o encaminhamento daqueles com maior prioridade de votação nesta tarde.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente, eu quero apresentar uma questão aqui que tem a ver com essa participação de V.Exa.: peço-lhe a retirada da pauta do item que trata do Fundo Penitenciário, em razão de emendas que o sistema quer apresentar - e achei-as fundamentais - e da interveniência do Governador ontem no sistema.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Deputado Milton Barbosa, no momento do encaminhamento da pauta, darei atenção a esse pedido de V.Exa.

Quero aqui também dizer a V.Exa. que esse é um assunto da maior relevância. O Governo tem tratado isso com muita presteza, com muito afinho e muita determinação. Creio que esta Casa pode e deve dar suas contribuições, como essas que V.Exa. apresentou. E, quem sabe, até possamos realizar uma audiência pública para discutir esse problema tão importante do sistema prisional, o sistema penitenciário do Distrito Federal.

Parabéns, Deputado Milton Barbosa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro aqui as minhas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo, pelo Bloco Parlamentar Independente.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, boa-tarde a todos!

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, até aproveitando a oportunidade de que estão aqui grandes bancadas, e em especial Deputados da nossa cidade do Gama. Quero aproveitar sua presença para fazer-lhes um pedido. Nós estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

vivendo no Gama dois problemas, Srs. Parlamentares, que nos têm trazido transtornos muito grandes.

Um deles é a feira permanente. Nós sabemos que, por ali, há muitos anos, passam pessoas que vão fazer compras nos finais de semana e no dia-a-dia. Temos observado que, quando chove, não temos condições de transitar lá dentro. É sabido que já existe uma verba para se fazer a reforma daquela feira. Eu gostaria de pedir aos nobres Deputados que fizéssemos uma campanha para que realmente começassem as obras daquela feira. Se não bastassem as dificuldades que eles passam com o comércio - às vezes, quando chove muito, ficamos ilhados dentro da feira -, há também um estacionamento com enorme quantidade de carros, pois as empresas, as agências estão se instalando e vendendo seus carros no estacionamento, causando um transtorno muito grande.

Peço que a Administração faça uma intervenção no intuito de organizar aquela feira, de conseguir um espaço mais bem determinado, para que as pessoas possam fazer suas compras sem ter esses desencontros.

Peço que se faça também a reforma da rodoviária, pois por ali passam muitas pessoas, ali é um corredor, e temos observado as dificuldades das pessoas...

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, pela Liderança, parabéns V.Exa. por essa intervenção.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu e o Deputado Wilson Lima, que somos oriundos daquela cidade, temos todo o interesse em que a rodoviária, a feira permanente e a cidade cresçam, com certeza. Com três Parlamentares representando a cidade do Gama, com certeza, ela receberá um número muito maior de emendas, mais recursos e poderá, de fato, ser a capital do Entorno, não só de nome, como diziam. O Deputado Paulo Roriz foi secretário do Entorno e sabe da necessidade que o Gama tem de crescer, em função da superlotação do HRG e de vários serviços públicos da cidade, que estão sobrecarregados.

V.Exa. poderia fazer essa solicitação diretamente ao Governador, já que V.Exa. é Deputado da base do Governo. V.Exa. poderia fazer uma intervenção junto ao Governador para que S.Exa. tratasse a comunidade com muito mais carinho em todas as questões que V.Exa. mencionou, como o Balão do Periquito, o balão de Taguatinga, para que tivéssemos o viaduto, para que as obras que foram anunciadas pelo Governador durante o Governo das Cidades no Gama fossem realizadas de fato e concluídas. Inclusive, a inauguração do Bezerrão, que não mais será no dia 21 de abril, teve de ser adiada para julho.

Que nos empenhemos, que V.Exa. faça contato com o Governador e que S.Exa. o ouça como membro da base do Governo e atenda a sociedade do Gama. Nós da Oposição cobraremos e fiscalizaremos o tempo todo para que S.Exa. trate a cidade do Gama com todo o respeito e carinho, principalmente porque S.Exa. teve uma votação muito expressiva naquela cidade. Voto, S.Exa. foi pedir no ano de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

2006. Portanto, S.Exa. tem de voltar lá para corresponder aos votos que recebeu dando, de fato, o atendimento que a cidade do Gama merece.

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sr. Deputado, V.Exa. falou a respeito da reforma da feira, bem como da rodoviária. V.Exa. não estava nesta Casa ainda quando aprovamos o plano diretor da cidade. Na integração, a rodoviária do Gama será deslocada. Será construída outra rodoviária perto da Quadra 30, para fazer a integração com o VLP – Veículo Leve sobre Pneus. É de nosso conhecimento que o Secretário Fraga está empenhado em fazer isso. O Governador Arruda, na última visita ao Gama, falou sobre isso, e V.Exa. estava presente.

Quanto à feira, o Governador liberou os recursos para fazer a reforma. Eu fui além, falei para S.Exa. que somente a reforma não resolveria, que S.Exa. teria de jogar aquela feira toda no chão e fazer tudo de novo. O projeto está pronto, com o restaurante comunitário dentro. Há a feira, o restaurante comunitário e o *shopping* popular. Ali vai virar uma feira modelo, tão próxima à do Guará e à Feira dos Importados.

Pode ter certeza de que o Governador não deixará por menos. Eu fui atrás disso e hoje tive a resposta. Acompanhei o projeto, que está belíssimo. V.Exa. não conhece o projeto ainda. Está belíssimo o projeto. Falta apenas o Governador dar o sinal de que vai abraçá-lo. Reforma não adianta mais. Reformar o que não presta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

não adianta. Tem de derrubar no chão e fazer tudo de novo. O modelo que está feito para lá, Deputado Cabo Patrício, próximo de ser construído, é um modelo revolucionário. E estaremos de parabéns, pois o Gama nos agradecerá pelo empenho e pelo esforço.

Quanto ao Balão do Periquito, na última visita - V.Exa. é testemunha disto -, o Governador disse: "Acho que não vou fazer o balão. Vou aumentar as faixas de rolamento, duplicar as vias no balão e resolverei o problema." Eu disse: "Governador, não adianta. Faça uma alça, mas, pelo menos, faça um viaduto de vinda, porque, na volta, a população, quem trabalha aqui embaixo, uns voltam às 3h, outros voltam às 4h, outros voltam às 5h. Não há horário de *rush* para a chegada lá, mas, na vinda, todos saem às 7h da manhã. E, desde a saída do Gama, naquela academia ao ar livre, do Figueiredo, até a saída do balão de distribuição de Taguatinga, é um deus-nos-acuda." Então, o Governador se convenceu disso, foi ao DER, e nós conversamos com o Diretor do DER. E já está autorizado, licitado o balão do Gama também. Acho que, dentro de um ano, o balão estará pronto, se Deus quiser. Então, não é falta de empenho de nossa parte.

V.Exa. chegou aqui há pouco tempo. Talvez não tenha dado tempo de V.Exa. acompanhar tudo isso, mas, desde o Governo nas Cidades, já está tudo alinhavado, e demos nossa contribuição com emendas para que isso acontecesse.

DEPUTADO BERINALDO PONTES - Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PEDRO DO OVO - Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Primeiramente quero parabenizar V.Exa., Deputado Pedro do Ovo, o nosso bloco e o Deputado Wilson Lima. E eu não poderia deixar de comentar isto.

Hoje eu descobri por que existe a frase: "Quem ama mora no Gama". Essa harmonia dos dois ou três representantes da cidade é importante, é fundamental para o desenvolvimento sustentável e social da cidade. Parabéns a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O mesmo acontece com Planaltina, não é, Deputado?

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Deputado Wilson Lima, o que me trouxe à tribuna foi uma vontade muito grande. É sabido por todos os Deputados do Distrito Federal, em especial por nós que estamos lá mais próximos do problema, que a rodoviária mudará de lugar, mas, enquanto ela não mudar, que, pelo menos, tenhamos uma estrutura um pouco melhorada. Da forma como está, V.Exa. sabe que não há condições.

Então, eu quero apenas deixar registrada a minha vontade e a de V.Exa. Tenho certeza de que V.Exa. também é uma das pessoas que têm lutado muito para que a nossa cidade se desenvolva. Lá, na verdade, foi uma base de apoio ao Governador Arruda. S.Exa. sabe do seu compromisso, e nós sabemos da vontade de V.Exa. em fazer com que a cidade tenha um atendimento melhor. Então, deixo aqui registrado meu pedido de apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, pelo Partido dos Trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uso da palavra para pedir atenção - talvez nem ocupe todo o tempo.

Deputado Berinaldo Pontes, nós trabalhamos muito na CAF - eu, o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Benício Tavares e o Deputado Batista das Cooperativas - para a aprovação do Projeto de Lei nº 48, que destina moradia a servidores públicos, e apresentamos uma emenda, já que é habitação de interesse social, para as áreas de segurança pública e de educação. Nós procuramos o Dr. Edo Antônio, Diretor Imobiliário da Codhab/DF - Companhia Habitacional do Distrito Federal, aprovada e criada por esta Casa, para levar adiante a questão habitacional do Distrito Federal. Ontem nós o procuramos para saber como anda e qual a perspectiva de entrega daqueles lotes de Planaltina para os policiais e bombeiros militares, para os professores e para todas as pessoas que têm direito dentro dos critérios habitacionais do DF. O que nos chama a atenção é que o Dr. Edo Antônio disse que existem - e isso chama muita atenção - duas listas na Codhab/DF, por incrível que pareça. Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, V.Exa. pode nos ajudar depois a esclarecer esse fato. Os policiais militares e os bombeiros, conforme disse o Diretor Imobiliário da Codhab/DF, serão chamados no dia 21 de abril deste ano, aniversário de Brasília, pelo Governador do Distrito Federal para lhes ser anunciada uma listagem, que será publicada no Diário Oficial. Eles serão contemplados com imóveis habitacionais, para, mais uma vez, após cinco anos, depois do Governo Roriz, entregar a documentação. Terão de fazer novamente a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

peregrinação nos cartórios Imobiliários do Distrito Federal para pegar as certidões negativas e, novamente, concorrer. Sabe-se lá quando esses lotes serão, definitivamente, entregues a esses profissionais que tanto fazem jus a eles. Isso é muito estranho porque ele mesmo disse que não há total transparência da lista e das pessoas que serão beneficiadas.

Ontem passei na cidade do Gama e me chamou a atenção o seguinte fato: não o SEDUMA, mas uma viatura da Polícia Militar fazia o levantamento dos lotes de becos na cidade do Gama. Seis Policiais Militares, em um microônibus, fardados, designados para cada setor da Região Administrativa do Gama, tiravam fotos e faziam o levantamento - como se os Policiais Militares fossem capacitados para fazer levantamento dessa questão habitacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Permita-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sr. Deputado, sei o que está ocorrendo. A vontade dos Policiais em receber os lotes é tanta! A Administração registrou na SEDUMA a existência de algumas autorizações de becos que não podiam ser doados, haja vista o escoamento de águas pluviais por dentro deles. Mas a Administração concedeu legalmente a autorização para o avanço de seis metros permitido por lei.

Então, eles estão apenas registrando o que há ou não nos becos, para ajudar a SEDUMA, que sabe de tudo o que há, mas não tem conhecimento, às vezes, da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

obstrução existente naquele beco. Temos também lá cinquenta pequenas comunidades, conforme a lei.

Apresentamos ao Governador soluções com o objetivo de dar aos Policiais do Gama áreas que podem ser adensadas como habitação e ajudar a distribuição dos lotes também no Gama. Temos conhecimento disto: os Policiais não estão atravessando os carros na frente; estão, sim, colaborando, pois o Governador cobrou da SEDUMA urgência nos trabalhos para a viabilização dos lotes para os Policiais Militares e Bombeiros do Gama.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte de V.Exa.

Concordo com V.Exa. quando destaca a ansiedade desses profissionais.

Faço essa ponderação para chegar a um denominador comum: tivemos, no mês passado, com a saída do Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Serra, substituído pelo Cel. Cerqueira - tenho o maior respeito pelos dois Comandantes da Polícia Militar –, denúncias do Ministério Público Militar de ingerência política na instituição. O que queremos é evitar isso, porque estamos tratando de questão habitacional. No passado, assistimos à indicação de pessoas que não tinham as condições nem os critérios dignos e necessários para receber pelo IDHAB, que hoje é a CODHAB.

Sr. Presidente, há dois assessores especiais do Governador – não citarei seus nomes, mas os passarei ao Deputado Leonardo Prudente – que estão indo às formaturas dos quartéis da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares, Oficiais e Praças, dizer que irão indicar quem vai receber o lote.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

É bom isso ficar claro para que, depois do dia 21 de abril, quando o Governador anunciar a lista para convocar esses profissionais, saibamos os critérios estabelecidos com total transparência pela CODHAB e SEDUMA e não sejamos surpreendidos com pessoas que passem à frente, com política eleitoral na entrega de lotes aos Policiais e Bombeiros Militares.

Estamos tratando de coisa séria. Passarei ao Deputado Leonardo Prudente os nomes dos dois assessores que têm ido aos quartéis dizendo que vão fazer a lista de entrega de lotes a esses profissionais.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, parabeno V.Exa. pela preocupação com a habitação no Distrito Federal. Esse tema é de vital importância, mas eu queria me permitir alguns comentários sobre ponderações de V.Exa.

A CODHAB – Companhia de Habitação do Distrito Federal - é uma companhia recém-criada, inclusive por esta Casa, e tem desenvolvido uma série de ações pró-ativas. Eu me permito fazer esse contraponto a V.Exa., porque também temos participado de várias reuniões com aquela diretoria.

O Sr. Edo, que é o diretor Imobiliário, diretor do Presidente Luiz Antônio Reis, disse, por diversas vezes, que a lista cadastral precisa passar por uma revitalização. Concordamos com que as políticas habitacionais têm de ser voltadas para todos os segmentos de renda, inclusive para os Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros. E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

talvez - permita-me fazer essa ponderação - seja a respeito disso que o diretor falou de lista cadastral.

Não tenho nenhum indício de que aquela companhia tenha buscado favorecimento. Até porque a política habitacional no Distrito Federal ainda não começou, e isso é um pleito nosso, uma das minhas aflições. No Distrito Federal, tínhamos o costume de fazer política somente em véspera de eleição. É fato. É público. E o compromisso do Governador Arruda é fazer política habitacional - tal qual na saúde, no transporte, na educação - em todo o tempo.

Teremos, realmente, um pacote de habitação agora no mês de abril. Começaremos efetivamente a entregar dez mil habitações no Distrito Federal para todos os segmentos, para todos os programas habitacionais, cooperativas e associações habitacionais, para a lista cadastral verdadeira, para policiais e servidores públicos.

Quero me permitir não falar mais, porque quem tem de dizer algo é o Governador, que estará lançando isso nos próximos dias 15 e 21, em comemoração ao aniversário de Brasília.

Quero, ainda, pedir a V.Exa. que fale, ao microfone, o nome das duas pessoas, caso V.Exa. tenha convicção - e eu tenho certeza de que a tem. Queremos saber quem são as duas pessoas que andam fazendo comentários de que atenderão pessoas pontualmente. Precisamos acabar com essas práticas no Distrito Federal. A política habitacional será muito séria. Tenho certeza disso. E, no que depender de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

todos nós e de V.Exa., caso não seja assim, denunciaremos, vamos nos envolver, faremos contraponto.

Até agora, a Companhia de Habitação do Distrito Federal tem se mostrado como uma grande porta de solução para diminuirmos o *déficit* habitacional no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Batista das Cooperativas, já ocorreu audiência pública, existe uma lei, e o PDL já os contemplou. Eles não estão fora. Estão no direito deles.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Claro, Sr. Presidente. Estou apenas confirmando isso.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Batista das Cooperativas.

Informarei ao Deputado Leonardo Prudente o nome dos assessores especiais do Governador. Não os citarei no microfone até porque tenho grande respeito pelas duas pessoas, mas o Governador sabe quem são.

V.Exa. foi feliz em sua argumentação. Não existe política habitacional no Distrito Federal. Caso existisse, já estaria contemplada com vários programas, porque política habitacional não é só entrega de lotes. Tem que haver uma série de programas. V.Exa., como militante do meio habitacional, das cooperativas, sabe que o Governo precisa implementar isso o mais rápido possível.

Temos um ano e quatro meses de governo. Que, no dia 21 de abril, se Deus quiser, o Governador comece a mostrar à população do Distrito Federal a que veio, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

não fique somente nas promessas, sem concluir e concretizar o que prometeu durante a campanha.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, peço ajuda na reflexão ao Deputado Batista, que não é por acaso o Batista das Cooperativas. É interessante: há muitos anos, lamentavelmente, faz-se da habitação e da boa-fé das pessoas um instrumento. Na realidade, faz-se do direito à moradia, considerado pela ONU o quarto direito humano, um instrumento eleitoreiro. O importante não é — dizia essa forma de fazer política de tantos anos — uma política habitacional que olhasse a renda, a família, que lutasse pela igualdade material da nossa Carta Maior. Mas houve a mera expectativa, o embuste e a utilização de privilégios. Só os amigos e as amigas do rei tinham direito àquilo que deveria ser de todos e de todas.

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. sabe que ocorreu isso no meio militar, em relação à ocupação dos bicos. Aconteceu uma grande revolta, num determinado momento, porque um policial que não estava na lista, por privilégio — porque era amigo do rei, especialmente de quem dirigia a área —, recebeu o lote, em detrimento de outros que estavam na fila há muitos anos. Houve a revolta, a indignação e a violência, a que todos nós assistimos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Quando entrei nesta Casa, em 2003, na época do IDHAB — era esse o nome da repartição pública que cuidava dessa área de política pública —, protocolei um projeto que eu chamava de “Lista Limpa”, que objetivava a publicação da lista na *Internet* e no Diário Oficial, para que todos soubéssemos quem estava à frente de quem e qual seria o preterido, se fosse oferecido ao “X” ou ao “Y” ou ao “Z”. Na ocasião, conseguimos aprová-lo na Casa, mas foi vetado pelo Governador e não conseguimos derrubar o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, por favor, conclua o seu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO LEITE – Novamente, apresentamos esse projeto, a fim de que haja a integral transparência, inclusive do ponto de vista de todas as entidades cooperativadas, para que depois não digam: são só os amigos do Deputado Batista das Cooperativas que recebem — sei que S.Exa. jamais se comprazeria a admitir isso —, são apenas os amigos e amigas desses assessores do Governador que recebem. Para que não haja esse tipo de suspeita, a lista deve ter transparência, estar antecipadamente nos jornais de alta circulação, na *Internet*, nos diários oficiais. Dessa forma, com critérios objetivos, todos poderão fazer jus a esse direito, que é considerado o quarto dos direitos humanos pela ONU.

Agradeço a V.Exa. a paciência e deixo esta sugestão: que aproveemos este projeto. Com isso, os tais assessores ou as tais suspeitas deixarão de existir.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Deputado Chico Leite, eu gostaria de agradecer o aparte de V.Exa. É isto o que queremos: uma lista limpa e transparente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

um processo o mais transparente possível. Desejo que a lista da CODHAB esteja na *Internet* para que todas as pessoas, ao cadastrarem o seu CPF, possam fazer o acompanhamento.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu gostaria de dizer que concordo em parte com suas ponderações. Primeiramente, temos de ter muito critério, para não ouvirmos pessoas dizerem que farão “assim ou assado”.

O Líder do Governo, na Casa, é o Deputado Leonardo Prudente, mas, como esta é uma área que domino bem — faz parte da minha formação técnica —, junto com vários assessores do meu gabinete, elaboramos a CODHAB, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional. Então, o Governo tem, sim, um projeto para habitação, que não se limita à entrega de lotes. Há várias opções, como apartamentos, e outras virão, pela CODHAB, para as classes alta, média, baixa, baixa renda e interesse social. Hoje, o Governo demorou a implementar porque buscava uma alternativa — então a CODHAB foi criada.

Quanto a esses assessores, como os jovens costumam dizer, são pessoas que “se acham”. Estão desempenhando determinada função e imaginam que podem fazer o que quiserem. Contudo, essa coisa escondida acabou. E o Governador Arruda vem mostrando isso, com legalidade, com transparência das questões e das ações do seu Governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Quando V.Exa. apresentou aqui uma emenda que estabelecia que os lotes de Planaltina deveriam ser preferencialmente destinados ao setor da educação e da polícia, eu disse a V.Exa. que era contrário a ela. Não me manifestei no momento porque, quando ajudava o Governador Arruda a montar a Companhia de Habitação, disse a S.Exa. que, pela minha experiência no setor de habitação, não adianta querer setorizar. Um dos erros de Brasília é a setorização: setor disso, setor daquilo.

No Recanto das Emas, foram entregues 1.010 casas para servidores públicos. Quem é de Planaltina e ganhou casa no Recanto das Emas, voltou para sua cidade, porque a família é mais importante do que a moradia. Portanto, não adianta tirar a pessoa do seu meio, onde está o seu amigo, onde ela cresceu e conhece toda a vizinhança, e jogá-la em outro lugar.

O ideal é que seja ofertada moradia não somente para os policiais, para os servidores da área da segurança, para os professores ou para qualquer servidor público. Em todas as áreas habitacionais deve ser destinado um percentual, assim como deve ser feito também com as cooperativas e com as associações. O importante é acabarmos com a setorização. A setorização de Brasília não deu certo. Eu sempre digo que essa história de Cidade Digital vai gerar emprego somente para quem mora em Sobradinho e Planaltina. Toda cidade deveria ter um setor digital e um espaço para que as economias ali progredissem e gerassem emprego e renda, fortalecendo a família.

Quero dizer a V.Exa. que não se preocupe com assessores. Acho que é importante, sim, mas tenha a certeza de que há transparência do Governo na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

questão habitacional. O Luiz Antônio, o Otho, o Edo, enfim, as pessoas que estão nessa Companhia têm o compromisso da transparência e da seriedade com o Governador Arruda. Pode ter certeza disso.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Rôney Nemer.

Concordo com o Deputado Rôney Nemer quando S.Exa. diz que setorizar é ruim. Antes de ser policial e bombeiro militar, policial civil, professor ou médico, a pessoa é um cidadão e, sendo assim, pode morar em qualquer parte do Distrito Federal.

Nós vamos ficar atentos a isso. A bancada do Partido dos Trabalhadores vai fiscalizar para evitar qualquer tipo de erro ou de ingerência política na distribuição de lotes no Distrito Federal, referente ao PL nº 48, da cidade de Planaltina, ou a qualquer outro projeto de outra cidade.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Cabo Patrício, em primeiro lugar quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo. Na condução do PL nº 48 no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, tivemos o apoio total de V.Exa. à emenda que aumentou o tamanho desses lotes, que eram de apenas cem metros quadrados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Discordo de algumas vertentes que dizem que não seria necessária a emenda para a garantia de alguns servidores, como os da Saúde, da Educação e da Segurança. Acho que foi preciso essa emenda, sim.

Na emenda está claro e explícito que é “preferencialmente”. Portanto, o Governo do Distrito Federal não está impedido de atender a lista da CODHAB nem de atender outros servidores, já que a emenda não excluiu ninguém. Ela trata, sim, de normatizar a inclusão de categorias importantes como essa, com a qual V.Exa. luta, que, há anos, esperava uma política habitacional. Essa é uma das categorias que mais defende a sociedade do Distrito Federal.

V.Exa. está de parabéns!

Fica claro, portanto, que não se está excluindo nenhuma outra categoria de ser beneficiada pela política habitacional, até porque está explícito que é “preferencial”. Os lotes que serão destinados ao Setor Residencial Leste e ao Setor Residencial Oeste, em Planaltina, poderão, sim, atender outras demandas.

Mais uma vez, parabenizo V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Berinaldo Pontes.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que o Deputado Berinaldo Pontes tem razão. Não poderíamos deixar “exclusivamente”, porque seria inconstitucional. Deixando “preferencialmente”, qualquer cidadão poderá ser contemplado.

Vamos ficar atentos porque as formaturas dos quartéis aconteceram, e esses assessores compareceram e falaram. Inclusive, as comissões foram formadas em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

cada unidade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e estão lá fotografando e atuando.

Nós vamos fiscalizar o tempo todo. É função de cada Parlamentar desta Casa fiscalizar o Poder Executivo. Tomara que não aconteça, mas estamos nos prevenindo.

Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, agradeço a V.Exa. por ter nos ajudado a articular a derrubada do veto ao PDL do Gama, que destinava os bicos daquela cidade aos policiais e bombeiros militares.

Espero que a promessa do Governador alardeada durante a campanha realmente seja cumprida no dia 21 de abril. Se não for cumprida, nós vamos cobrar, vamos atrás para que o Governador cumpra o compromisso firmado com essa categoria.

Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez vejo aqui presentes na galeria os feirantes do *shopping* popular nessa peregrinação, nesse sofrimento pelo qual estão passando nos últimos dias. Mas estou otimista de que encontraremos uma alternativa que possibilite o respeito a essas pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para fazer uma indagação: quem é o chefe do Poder Executivo desta cidade? É impressionante, Deputado Leonardo Prudente, depois de um trabalho realizado por V.Exa., pelo Deputado Alirio Neto e por todos os Parlamentares desta Casa, que uma lei seja sancionada pelo Governador, chefe do Poder Executivo, e o Secretário de Transportes, Sr. Fraga – que na semana passada deixou o cargo e depois voltou – vá à imprensa tentar descaracterizar, tentar diminuir a importância de uma lei aprovada por esta Casa, sancionada pelo chefe do Poder Executivo, como se S.Exa. fosse completamente autônomo do ponto de vista de quem manda e de quem tem de obedecer. Ora, quem foi eleito para governar o Distrito Federal, independentemente das posições políticas e ideológicas de sermos ou não Oposição e Situação, foi o Governador José Roberto Arruda. O Governador sanciona uma lei e o Sr. Fraga a questiona o tempo todo, inclusive a validade dela. Esta cidade tem ou não Governador? Tem ou não um chefe do Poder Executivo? Quem manda no Palácio do Buriti? O Sr. José Roberto Arruda, Governador eleito, ou o Sr. Fraga, indicado como Secretário de Transporte? E mais: S.Exa. vai para a imprensa fazer o discurso dos empresários.

Portanto, chamo a atenção desta Casa por ser esse um fato interessante. Há dois poderes constituídos, além de outros: o Poder Legislativo e o Poder Executivo. O Poder Legislativo aprovou uma lei. O chefe do Poder Legislativo, que é o nosso Presidente, foi ao chefe do Poder Executivo, que é o Governador, defender a sanção da lei. O Governador sancionou a lei e o Secretário de Transporte foi à imprensa dizer que a lei não vale nada. Até parece que há vinte e quatro deputados que não valem absolutamente nada para a aprovação de leis. E um Governador que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

é uma mera marionete e cuja assinatura não tem valor. Ao Secretário de Transportes cabe executar a lei que o Governador sancionou e não questionar o Governador, esta Casa e a lei aprovada e sancionada.

Daqui para frente temos de deixar isto claro para os Srs. Secretários do Governo, é preciso que se respeite a hierarquia e o chefe do Poder Executivo. Portanto, a lei tem validade legal, tem de ser executada. Agora a lei tem de ser regulamentada. Ou os empresários de ônibus garantem a viagem ou terão de devolver a passagem aos usuários do transporte público de Brasília, há muitos anos desrespeitados e que pagam uma das tarifas mais caras do País. Infelizmente assistimos ao desrespeito aos usuários do transporte público, que andam em verdadeiras latas de sardinha. Essa é a verdade. Eles são diariamente desrespeitados, de norte a sul, leste a oeste, nesta cidade.

Portanto, não cabe ao Sr. Fraga questionar uma determinação do Governador. Senão teremos de perguntar quem foi eleito Governador desta cidade. O Sr. Fraga está lá para servir a quem? À sociedade ou aos empresários de ônibus?

Aproveito esta oportunidade para levantar essa questão. Mesmo como Deputado da Oposição, quero dizer a todos como foi importante esse ato do Governador Arruda ao sancionar tal lei. Daqui para frente, ou os empresários entram no eixo e respeitam os usuários, os cidadãos desta cidade, ou teremos de fazer, definitivamente, uma transformação completa desse transporte, que anda caótico e mal servido. É um desrespeito aos usuários do transporte público. Deputado Leonardo Prudente, por não confiarem no transporte público do Distrito Federal, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

é organizado por esses empresários há vários anos, as pessoas estão recorrendo aos seus carros particulares e, conseqüentemente, estamos vendo o caos nas rodovias de Brasília.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as minhas ponderações.

Eu gostaria de pedir ao Governador do Distrito Federal que centralize seus Secretários para garantir o respeito e a hierarquia ao chefe do Poder Executivo desta cidade, eleito democraticamente pelo povo do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como o nobre Deputado Paulo Tadeu fez uma pergunta, vou respondê-la com toda a clareza: o Chefe do Poder Executivo chama-se José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal.

O Sr. Governador sancionou a lei. Eu não ouvi toda a entrevista, hoje, na *CBN*, só o final dela, Deputado Paulo Tadeu, quando o diretor do DFTRANS, Dr. Paulo Henrique, fez suas considerações. Ele disse com todas as letras que as leis são criadas para serem cumpridas, que irão regulamentá-las e cumpri-las, até porque cabe ao DFTRANS a fiscalização e a execução dessa questão.

Portanto, não vou aqui me manifestar no que diz respeito às considerações do Secretário de Transportes, pois não ouvi as declarações de S.Exa. Mas tenho a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

certeza de que as palavras do Diretor-Geral do DFTRANS estão em sintonia com a assinatura do Governador José Roberto Arruda da lei de autoria de V.Exa., pela qual quero parabenizá-lo.

Solicito ao Sr. Presidente que passemos imediatamente à pauta de votações de hoje, começando pelos vetos. Já há acordo para quase todos os oito vetos propostos.

Ainda não conversei com o Deputado Cristiano Araújo. Eu já falei com o Deputado Berinaldo Pontes para deixarmos para apreciar na próxima semana o veto referente ao Item nº 6, de autoria de S.Exa., bem como o veto referente ao Item nº 9, cujo projeto é de autoria do Deputado Chlco Leite.

Vou aguardar o Deputado Cristiano Araújo para discutirmos sobre o Item nº 8. Quando digo que há acordo, naturalmente, o maior interessado é o autor do projeto que foi vetado. O veto ao projeto do Deputado Cristiano Araújo também apreciaremos na próxima semana.

Ontem o Deputado Berinaldo Pontes fez um apelo para a derrubada do veto. As ponderações de S.Exa. têm procedências, mas recebemos algumas manifestações contrárias, pois o fórum do setor produtivo quer discutir o assunto com os Deputados. O Deputado Berinaldo Pontes, com muita prudência, acatou nosso pleito para que o veto fosse apreciado na próxima terça-feira. S.Exa. fará a confirmação logo mais.

Portanto, os Itens nºs 06, 08 e 09 ficarão para a próxima semana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Votaremos, então, o Item nº 11, em segundo turno, que trata dos créditos; o Item nº 12, que trata da Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária, GETAP; o Item nº 18, que trata da alteração do PPA e o Item nº 19, que também trata do PPA. São esses os quatro itens da pauta sobre os quais há acordo para a votação nesta tarde, mais os vetos do Governador aos projetos dos Srs. Deputados. No momento em que V.Exa. fizer a chamada dos itens, eu farei o encaminhamento de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como não houve votação de nenhum projeto de minha autoria, solicito a inserção, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 8, de 2007, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento para identificação dos freqüentadores de casas noturnas do Distrito Federal”, para evitar alguns atos de barbárie e de violência que há na cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. no sentido de apreciar esse item extrapauta.

Deputado Reguffe, solicite à assessoria de V.Exa. que traga o projeto para deliberação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO BERINALDO PONTES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, no Colégio de Líderes, discutimos sobre alguns projetos que foram vetados pelo Exmo. Sr. Governador Arruda. Entre eles há um projeto de minha autoria que destina espaço para uso preferencial em praça de alimentação de centros comerciais, *shopping center*, lanchonetes, bares e estabelecimentos similares no âmbito do Distrito Federal às mulheres grávidas, idosos, pessoas portadoras de deficiências locomotoras e pessoas com criança de colo. Entendo que esta Casa é democrática e tem de estar em sintonia com a sociedade. Nós, do Colégio de Líderes, havíamos discutido e, a princípio, havia acordo pela derrubada do veto, mas há setores da sociedade que querem ser ouvidos na deliberação do projeto.

Por isso, acredito que é prudente apreciarmos melhor a matéria, apesar de haver solicitação de vários Parlamentares no sentido de que, na semana que vem, se vote a derrubada desse veto. Temos de ter bom-senso, porque quem está no Poder passa, mas as instituições ficam. Os instrumentos legais aprovados por esta Casa, que ficarão para todas as gerações, têm de ficar para beneficiar a sociedade, não interesses pessoais.

Portanto, não vejo dificuldade nenhuma em discutir essa matéria na próxima semana.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 71, de 25/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 23ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 19ª Sessão Ordinária.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao parágrafo único do art. 6º do Projeto de Lei nº 1.061, de 2004, de autoria do Deputado Brunelli, que "cria o Programa de Identificação e Acompanhamento da Dislexia - PIAD, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Pedro do Ovo - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador vetou parcialmente o parágrafo único do art.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

6º do Projeto de Lei nº 1.061/2004 com fulcro nos arts. 71, § 1º, II, IV e V, e art. 100, VI e X, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº.

DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº. 1.061/2004, que “Cria o Programa de Identificação e Acompanhamento da Dislexia – PIAD, na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEDRO DO OVO

I – RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº. 034/2008-GAG, de 01.02.2008, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, nos termos do art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao sancionar o Projeto de Lei nº. 1.061/2004, transformado na Lei nº. 4.095, de 01 de fevereiro de 2008, opôs veto parcial ao parágrafo único do art. 6º da proposição.

O Projeto de Lei nº. 1.061/2004, de autoria do Deputado Brunelli, visa a criação do Programa de Identificação e Acompanhamento da Dislexia – PIAD, na rede pública de ensino do Distrito Federal, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de educação, com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

A proposição tramitou nesta Casa pela Comissão de Educação e Saúde, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e pela Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1.061 : 2004

Fls. nº 38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Tendo sido, portanto, aprovada na forma regimental, foi à proposição, nos termos do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, para sanção.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que no Projeto de Lei em tela, de autoria parlamentar, há que se destacar o contido no parágrafo único do art. 6º, no que respeita aos seus aspectos jurídicos, não merece prosperar, porquanto esbarra em impedimentos constitucionais absolutamente insuperáveis, residentes, sobretudo, em sua iniciativa.

Sucede que a proposição em estudo esbarra em inconstitucionalidade formal, na medida em que interfere na organização e funcionamento de entes e órgãos que integram a estrutura organizacional desta capital, impondo-lhes novas atribuições. A matéria em referência é de índole, tipicamente, administrativa, em relação à qual possui o Chefe do Poder Executivo competência material e legislativa privativa, onde estabelece no art. 100, incisos VI e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal competência privativamente ao Governador do Distrito Federal iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta lei Orgânica e dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal, na forma desta Lei Orgânica.

Ademais, a proposta legislativa acaba por interferir nas atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública local, em flagrante ofensa, também, no que consta no art. 71, § 1º, incisos II, IV e V, onde compete ao Governador do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; a criação, estruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública; e no Plano plurianual, orçamento anual e diretrizes orçamentárias.

Nessa ótica, constata-se, que é forçoso concluir que o parágrafo único do art. 6º da proposição, sujeita-se à oposição de veto, pois interfere em atividade típica do Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1061-2004

Fls. nº 39

Assinatura

Assinatura



46.5

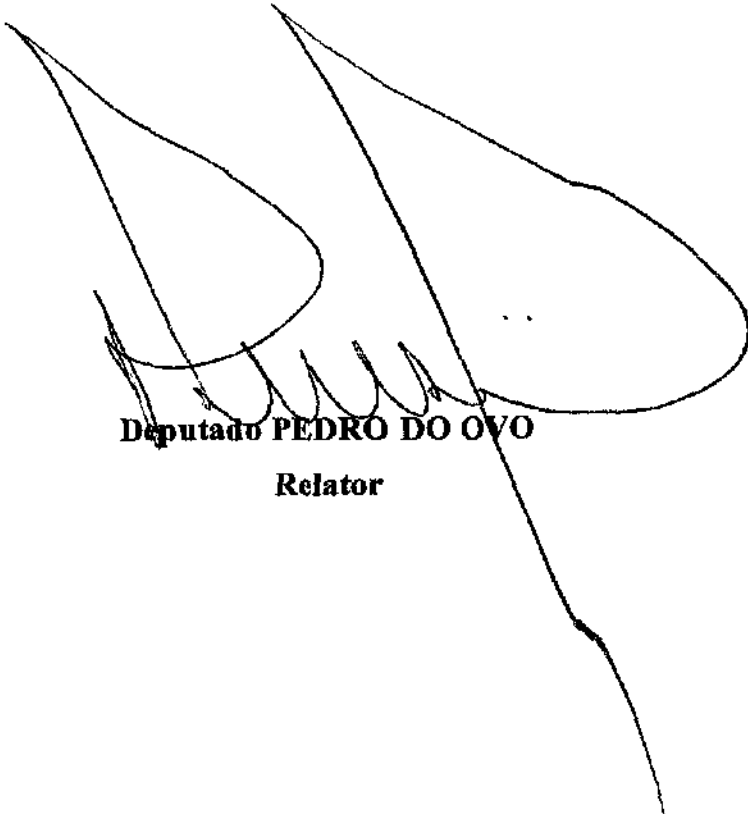
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assim, o Governador conclui que vetou parcialmente o parágrafo único do artigo 6º da proposição, com fulcro nos arts. 71, §1º, incisos II, IV e V; e 100, incisos VII e X, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em questão.

Sala das Comissões, em

Deputada EURIDES BRITO
Presidente



Deputado PEDRO DO OVO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1061
Fls. nº 40



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme acordo firmado com o autor do projeto, Deputado Brunelli, somos pela manutenção do veto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos pela manutenção do veto, pois existe um acordo com o autor do projeto, Deputado Brunelli.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03/11 /2008

☒ SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Parágrafo Único do Art. 6º

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1061/04

Autor: Deputado(a): Brunelli ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	☒			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	☒			
	BERINALDO PONTES	PP	☒			
	BISPO RENATO	PR	☒			
	BRUNELLI	DEM				☒
	CABO PATRÍCIO	PT	☒			
	CHICO LEITE	PT	☒			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	☒			
	DOUTOR CHARLES	PTB				☒
	ÉRIKA KOKAY	PT				☒
	EURIDES BRITO	PMDB	☒			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	☒			
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	☒			
	LUZIA DE PAULA	PSL	☒			
	MILTON BARBOSA	PSDB	☒			
	PAULO RORIZ	DEM	☒			
	PAULO TADEU	PT				☒
	PEDRO DO OVO	PMN	☒			
	RAAD MASSOUH	DEM	☒			
	REGUFFE	PDT		☒		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				☒
	RÔNEY NEMER	PMDB	☒			
	WILSON LIMA	PR	☒			
	ALÍRIO NETO	PPS				☒
	TOTAL		12	01		06

SECRETÁRIO DEP. Paulo Roriz

VOTOS "SIM"	12	VETO MANTIDO	☒
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		

CONSOLIDADO POR 12.8.11

ASSP/PL Nº 1061/04



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 268, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "assegura aos Policiais Militares e Cíveis, aos Bombeiros Militares e aos servidores do quadro do Departamento de Trânsito do Distrito Federal assistência jurídica especializada, quando, no exercício legal de sua função, se envolverem em fatos de natureza penal ou administrativa".

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Chefe do Poder Executivo conclui que é flagrante a Inconstitucionalidade da norma sob análise, por invadir competência privativa da União e do Poder Executivo, com fulcro no art. 71, § 1º, inciso II, da LODF, e nos arts. 21, inciso XIII, e 22, inciso XVII, da Constituição Federal.

São essas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº.

DE 2008

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº. 268/2007, que "Assegura aos policiais militares e civis, aos bombeiros militares e aos servidores do quadro do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, assistência jurídica especializada, quando no exercício legal de sua função, se envolverem em fatos de natureza penal ou administrativa.

RELATOR: Deputado PEDRO DO OVO

I – RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº. 027/2008-GAG, de 31.01.2008, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei nº. 268/2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, tem por objetivo assegurar a gratuidade da assistência jurídica aos policiais civis e militares, aos bombeiros militares, e aos servidores do quadro do DETRAN/DF quando no exercício legal do seu cargo.

A proposição tramitou nesta Casa pelas Comissões de Segurança e de Constituição e Justiça.

UNIVERSIDADE
 PL n 268 2007
 FOLHA 22 Ju



48.2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Tendo sido, portanto, aprovada na forma regimental, foi à proposição, nos termos do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, para sanção.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que, embora louvável a intenção do legislador, a proposição em questão, no que respeita aos seus aspectos jurídicos, não merece prosperar, porquanto esbarra em impedimentos constitucionais insuperáveis.

A referida proposição determina que a Defensoria Pública do Distrito Federal assegure aos policiais militares e civis, aos bombeiros militares e aos servidores do quadro do DETRAN/DF assistência jurídica especializada quando, no exercício legal, de sua função, se envolverem em fatos de natureza penal ou administrativa.

A proposição em comento revela inconstitucionalidade, pois trata de competência legislativa privativa da União, em obediência ao comando normativo expresso por meio do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, onde compete a União a organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.

Ademais, da mesma forma, interfere, ainda, nas atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública local, em flagrante ofensa ao art. 71, §1º, inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal, onde compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Portanto, não há com cancelar a iniciativa parlamentar, ante a flagrante inconstitucionalidade do projeto de lei em referência.

Assim, o Chefe do Poder Executivo conclui que é flagrante a inconstitucionalidade na norma sob análise, por invadir competência privativa da União e do Poder Executivo, com fulcro no artigo 71, §1º, inciso II da LODF; e nos artigos 21, inciso XIII; e 22, inciso XVII, da Constituição Federal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 268
2007
23
Jen

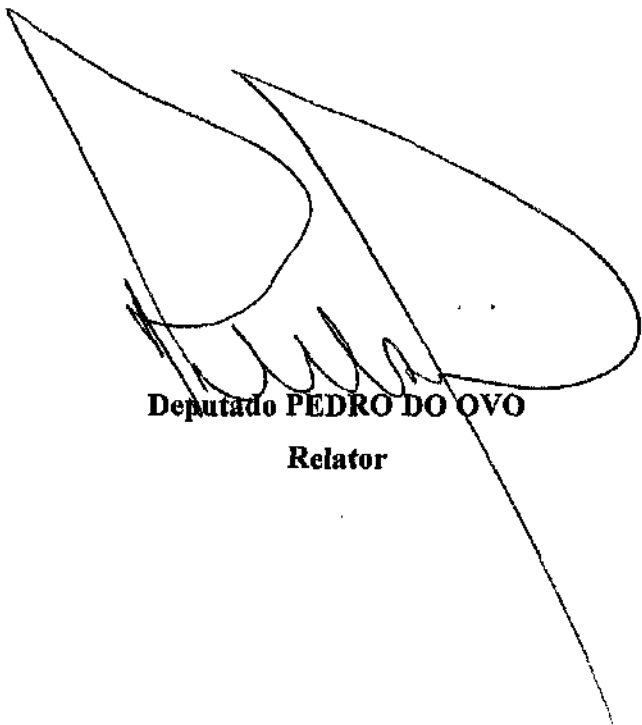


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Comissões, em


Deputada EURIDES BRITO
Presidente


Deputado PEDRO DO OVO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 268 / 2007
Fls. nº 24 



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existe um acordo com a Liderança do Governo para a manutenção do veto. Foi encaminhado pelo Poder Executivo, pelo Governador Arruda, um projeto que garante assessoria jurídica aos profissionais da Polícia Militar, dos Bombeiros, da Polícia Civil e da área de Segurança Pública.

Pelo acordo feito com a Liderança, votamos pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V. Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o encaminhamento da Liderança do Governo é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03/4/2008

☒ SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AD(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 268/07

Autor: Deputado(a): Cabo Patrício

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	☒			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	☒			
	BERINALDO PONTES	PP				☒
	BISPO RENATO	PR	☒			
	BRUNELLI	DEM				☒
	CABO PATRÍCIO	PT	☒			
	CHICO LEITE	PT				☒
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	☒			
	DOUTOR CHARLES	PTB				☒
	ÉRIKA KOKAY	PT				☒
	EURIDES BRITO	PMDB	☒			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				☒
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	☒			
	LUZIA DE PAULA	PSL	☒			
	MILTON BARBOSA	PSDB	☒			
	PAULO RORIZ	DEM	☒			
	PAULO TADEU	PT				☒
	PEDRO DO OVO	PMN	☒			
	RAAD MASSOUH	DEM				☒
	REGUFFE	PDT		☒		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	☒			☒
	RONEY NEMER	PMDB	☒			
	WILSON LIMA	PR	☒			
	ALÍRIO NETO	PPS				☒
	TOTAL	---	13	1		10

SECRETÁRIO DEP. PAULO RORIZ

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	☒
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 3:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 302, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "dispõe sobre a instituição do Programa de Alimentação para os alunos matriculados no ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal".

Relatora: Deputada Eurides Brito - CCJ.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir relatório. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reporto-me à Mensagem nº 23, de 2008, do Gabinete do Sr. Governador, que encaminha a esta Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei nº 302, de 2007, que "dispõe sobre a instituição do Programa de Alimentação para os alunos matriculados no ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal".

Depois de uma extensiva análise, com base no que estabelece a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal, o Sr. Governador comunica que vetou o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Projeto de Lei nº 302 não por achar, evidentemente, que não se trate de uma matéria de envergadura importante, mas por vício de iniciativa.

Lembro que compete, como diz o art. 71 da Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal - aqui, especificamente, a Lei Orgânica - privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuição das secretarias de Governo, órgãos e entidades da administração pública.

No caso em tela, trata-se, como podemos ver, da criação de um novo programa, já que o programa existente constitucionalmente é do Ensino Fundamental. Criar-se-ia aqui um novo programa, que seria a extensão da merenda escolar ao Ensino Médio.

Portanto, com fulcro nos artigos art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Sr. Governador pugna pela manutenção do veto total por esta egrégia Casa.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da CCJ.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo aos Parlamentares que, de acordo com a Liderança de Governo, conforme acertado em reunião, o Deputado Leonardo Prudente fará o encaminhamento. Somos pela derrubada deste veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fins de encaminhamento, considerando a nobreza do Projeto do Deputado Paulo Roriz, que não faz imposição de gastos pelo Poder Público, apenas trata do programa, das metas e dos critérios, não vejo nenhum óbice pela derrubada do veto, razão pela qual o encaminhamento, conforme acordo com os demais Deputados e o autor do projeto, é pela derrubada do veto do Sr. Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03/4/2008

☒ SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) : _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 302/07

Autor: Deputado(a): Paulo Roriz

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X		
	BENÍCIO TAVARES	PMDB		X		
	BERINALDO PONTES	PP		X		
	BISPO RENATO	PR		X		
	BRUNELLI	DEM		-		X
	CABO PATRÍCIO	PT		X		
	CHICO LEITE	PT		-		X
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X		
	DOUTOR CHARLES	PTB		-		X
	ÉRIKA KOKAY	PT		-		X
	EURIDES BRITO	PMDB	X	-		
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X	-		
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		X		
	LUZIA DE PAULA	PSL		X		
	MILTON BARBOSA	PSDB		X		
	PAULO RORIZ	DEM		X		
	PAULO TADEU	PT		-		X
	PEDRO DO OVO	PMN		X		
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X
	REGUFFE	PDT		X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	-			X
	RONEY NEMER	PMDB		X		
	WILSON LIMA	PR		X		
	ALÍRIO NETO	PPS	-			X
	TOTAL	---	02	14		08

SECRETÁRIO DEP. PAULO RORIZ

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____Nº____/____

FOLHA Nº____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 14 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, votei pela manutenção do veto com apelo ao Sr. Governador de mandar a esta Casa um projeto de lei encampando exatamente o que diz o projeto de lei do Deputado Paulo Roriz.

Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, informo que estamos trabalhando no sentido de não encaminharmos ao plenário vetos por vício de iniciativa. Só por essa razão, o voto foi pela manutenção do veto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convido a Deputada Jaqueline Roriz a se fazer presente no plenário.

Reunimo-nos com toda a comissão de representantes do *Gran Circo Lar* para tratarmos da distribuição dos boxes no Shopping Popular pelo Governo Arruda. A gerente dessa área no Governo, Márcia Fernandez, esteve aqui e explicou-nos, *pari*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

passu, como está sendo o procedimento adotado e assumiu um compromisso com esta Casa. Tomamos a decisão, ali na comissão, de esta Casa encaminhar um documento ao Governador José Roberto Arruda solicitando o envio de todos os critérios de seleção para as pessoas que, efetivamente, forem ocupar os boxes no Shopping Popular que será instalado em uma área próxima à rodoferroviária. Que esses dados sejam encaminhados a esta Casa para que saibamos como será realizada a distribuição. De forma transparente, a gerente veio em nome do Governador Arruda e realmente assumiu esse compromisso.

A todos os trabalhadores que estão na galeria, a todos que efetivamente tiverem direito, o Governador fará todo o possível para atendê-los; desde que estejam dentro dos critérios definidos. Microempresários que nunca foram feirantes ou camelôs não terão direito aos boxes, independentemente de serem amigos de A, B ou C. Isso é muito bom, pois evidencia a transparência. Parabenizamos o Governador José Roberto Arruda por mais essa transparência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mais uma etapa vencida nesta Casa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apelo a V.Exa., como Presidente desta sessão e membro da Mesa desta Casa, para que encaminhe ainda hoje, por Intermédio da assessoria da Mesa Diretora, um ofício



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

ao Governo do Distrito Federal solicitando que esta Casa tenha conhecimento do procedimento e que a lista publicada no Diário Oficial com os critérios e o porquê de quem foi ou não habilitado seja encaminhada a esta Casa logo no início da semana, a fim de que possamos acompanhar. A sociedade do Distrito Federal deseja a participação desta Casa em todas as ações do Governo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rôney Nemer, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Dr. Arlécio, que é o Secretário-Geral desta Casa, que providencie o documento requerido pelo Deputado Rôney Nemer para que ele seja enviado o mais rapidamente possível ao Sr. Governador, para que dessa forma possamos atender a demanda das pessoas que compareceram várias vezes a esta Casa. Parabéns a essas pessoas que foram contempladas com uma atitude coerente dos Deputados.

Item nº 4:

Apreciação do veto parcial ao art. 6º do Projeto de Lei nº 333, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a criação de creches células no âmbito do distrito federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado - CCJ.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir relatório. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao art. 6º do Projeto de Lei nº 333, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a criação de creches células no âmbito do distrito federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, o curioso é que quem assina esta mensagem é o Governador em exercício à época, o Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto. E S.Exa., em sua bem fundamentada exposição, traz os motivos do veto. É projeto que cria creches células no âmbito do Distrito Federal tendo como principal objetivo atender o maior número de crianças carentes. São apresentadas as razões, com menção ao art. 71, em que foi fundamentada a exposição anterior. O Governo diz que não há como cancelar a iniciativa parlamentar devido à flagrante inconstitucionalidade do seu art. 6º, apenas do art. 6º, ensejando assim a aposição de um veto parcial, entendendo-o como jurídico, pela inconstitucionalidade apenas do art. 6º.

Assim diz o texto: "Ante as razões acima, comunico que vetel, parcialmente, o Projeto de Lei nº 333/07, com fulcro nos artigos 71, § 1º, inciso IV; 100, inciso IV e 151, I, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, pugnando pela manutenção do VETO por esta egrégia Casa." O veto se refere ao art. 7º da citada lei, a lei de que trata esta mensagem, que foi o Projeto de Lei nº 4.094.

Sr. Presidente, trata-se de um grande projeto que volta pelas razões que o Governo expõe e encaminha pelo veto e não pelo mérito da questão. Esse é o relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da CCJ.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) –

Sr. Presidente, o projeto em pauta é de minha autoria. Eu gostaria de dizer que este veto melhorou o nosso projeto, porque o art. 6º limitava em uma quantidade o número de creches células. E o Governador, ao vetá-lo, nos deu a oportunidade de ampliar essa condição, permitindo colocar mais creches no Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer que este projeto foi da época em que estava como Governador em exercício o Deputado Alírio Neto. Por isso, o Deputado Alírio Neto é um grande conhecedor da lei e nos ajudou para que o projeto ficasse ainda melhor. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua a discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento é pela manutenção do veto já acordado com a nobre Deputada Luzia de Paula. O veto é apenas parcial e o projeto da Deputada foi mantido quase que na íntegra e ele aprimora o projeto da nobre Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 6º -

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 333/07

Autor: Deputado(a): Luzia de Paula ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X			
	BERINALDO PONTES - PP	X			
	BISPO RENATO - PR	X			
	BRUNELLI - DEM				X
	CABO PATRÍCIO - PT				X
	CHICO LEITE - PT				X
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X
	DOUTOR CHARLES - PTB				X
	ÉRIKA KOKAY - PT				X
	EURIDES BRITO - PMDB	X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X			
	LUZIA DE PAULA - PSL	X			
	MILTON BARBOSA - PSDB	X			
	PAULO RORIZ - DEM	X			
	PAULO TADEU - PT				X
	PEDRO DO OVO - PMN	X			
	RAAD MASSOUH - DEM				X
	REGUFFE - PDT	X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X
	RÔNEY NEMER - PMDB	X			
	WILSON LIMA - PR	X			
	ALÍRIO NETO - PPS				X
	TOTAL	14			10

ASSP	SECRETÁRIO DEP. PAULO RORIZ	ASSP	Nº 1
		Fls.º	
VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando a necessidade de votarmos alguns projetos, solicito que os demais vetos constantes da pauta sejam apreciados na próxima terça-feira, e, neste momento, apreciemos o Item nº 11, segundo turno do Projeto de Lei nº 774, de 2008, que abre crédito especial no valor de R\$ 5.229.272,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e dois reais).

Antes, Sr. Presidente, eu gostaria de confirmar com a Assessoria se todas as emendas pleiteadas pelos Parlamentares já se encontram no processo, inclusive a emenda da Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Leonardo Prudente, a emenda é de autoria do Deputado Dr. Charles e está sendo interpretada até pessoalmente como uma ofensiva a mim. O nobre colega se comprometeu e me pediu que tratasse do assunto, porque saiu errado no orçamento do Distrito Federal um recurso que era da Escola de Música, com a finalidade de preparar um CD para o curso Internacional de verão do ano que vem, e que tem que ser feita com esta proximidade.

A emenda já está pronta e a autoria é do Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste caso, solicito inversão de pauta para apreciarmos o Item nº 5.

Enquanto isso, sugiro ao Deputado Cabo Patrício e aos demais Deputados, que analisem todas as emendas apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 5:

Apreciação do veto parcial aos arts. 4º, 5º, 6º, § 5º do art. 9º, § 2º do art. 14, arts. 25 e 26 do Projeto de Lei nº 334, de 2007 (Mens. nº 28/08-GAG), de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Roriz.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO RORIZ) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve acordo com o autor do projeto, Deputado Wilson Lima, para a manutenção do veto. Por isso, solicito procedermos à apreciação de todos os artigos e parágrafos vetados de uma única vez.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO RORIZ) – Deputado Leonardo Prudente, acato o pedido de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº**/2008**

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei nº 334/2007, que “Dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador em exercício comunica à Câmara Legislativa que opôs veto parcial ao Projeto de Lei nº 334/2007. O veto incidiu sobre os artigos 4º, 5º, 6º; o § 2º do artigo 14; o § 5º do artigo 9º, e sobre os artigos 25 e 26.

De autoria do nobre Deputado Wilson Lima, o projeto estabelece as normas gerais para o controle da poluição sonora e para os limites máximos de intensidade de emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal.

Para justificar sua iniciativa, o autor afirma que o seu objetivo é *“contribuir para a solução de inúmeros conflitos existentes no nosso meio urbano, causados pela poluição sonora, resolvidos muitas vezes ao critério de autoridades policiais, sem um balizamento legal específico”*.

Em sua tramitação por esta Casa, a proposta foi aprovada pela comissão temática correspondente e pela comissão de Constituição e Justiça. Em Plenário, o projeto recebeu quatro emendas de 2º turno, sendo aprovado com o acréscimo dessas.

O projeto foi encaminhado para sanção do Governador em 17 de janeiro último.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 334, 2007

Fls. nº 96

Em suas razões de veto, o Chefe do Poder Executivo afirma que a proposição esbarra em impedimentos constitucionais.

Aponta ofensa à iniciativa privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte. Acrescenta, ainda, que há descumprimento de mandamentos da Lei Orgânica do Distrito Federal, a saber: artigo 71, §1º, incisos II e IV, e artigo 100, incisos VI e X.

Dos argumentos expostos, o Governador em exercício solicita a manutenção do veto parcial pela Câmara Legislativa.

Esses são os elementos que julgamos necessários para que os parlamentares deliberem sobre a questão.

É o relatório.

Sala das Comissões,

Deputado _____
Presidente

Deputado MILTON BARBOSA
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO RORIZ) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme acordo com o autor do projeto, o encaminhamento é pela manutenção do veto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO RORIZ) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é pela rejeição do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO RORIZ) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03/9/2008

☒ SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Art. 4º, 5º, 6º, 15º do Art. 9º
§ 2º do Art. 14; Art. 25 e 26

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 334/07

Autor: Deputado(a): Wilson Lima

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X			
	BERINALDO PONTES	PP	X			
	BISPO RENATO	PR	X			
	BRUNELLI	DEM				X
	CABO PATRÍCIO	PT		X		
	CHICO LEITE	PT		X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X
	DOUTOR CHARLES	PTB				X
	ÉRIKA KOKAY	PT				X
	EURIDES BRITO	PMDB	X			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X			
	LUZIA DE PAULA	PSL	X			
	MILTON BARBOSA	PSDB	X			
	PAULO RORIZ	DEM	X			
	PAULO TADEU	PT				X
	PEDRO DO OVO	PMN	X			
	RAAD MASSOUH	DEM				X
	REGUFFE	PDT		X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X			
	WILSON LIMA	PR	X			
	ALÍRIO NETO	PPS				X
	TOTAL	---	13	03		08

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

VOTOS "SIM"	<u>13</u>	VETO MANTIDO	☒
VOTOS "NÃO"	<u>03</u>	VETO REJEITADO	☐
ABSTENÇÃO	<u>-</u>		
AUSÊNCIAS	<u>08</u>		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO RORIZ) - Esta Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 3 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Convido o Deputado Paulo Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 7:

Apreciação do veto parcial ao art. 3º e ao parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 511, de 2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "proíbe o ingresso de menores de dezoito anos em eventos de qualquer natureza, denominados *open bar*, que permitam a livre distribuição de bebidas alcoólicas".

Relatora: Deputada Eurides Brito - CCJ.

Na ausência da Relatora, Deputada Eurides Brito, solicito ao Deputado Milton Barbosa que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se do relatório sobre o veto parcial ao art. 3º e ao parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 511, de 2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "proíbe o ingresso de menores de dezoito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

anos em eventos de qualquer natureza, denominados *open bar*, que permitam a livre distribuição de bebidas alcoólicas”.

O Sr. Governador diz que a proposta esbarra em inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que a matéria é de índole tipicamente administrativa, a qual possui o Chefe do Executivo local competência material legislativa privativa. E cita os dispositivos legais.

O Sr. Governador comunica, então, as razões do veto parcial ao projeto.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Esta Presidência quer lembrar aos Srs. Deputados que há acordo para que sejam votados os dois vetos parciais ao projeto de uma só vez.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Para encaminhar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, considerando que o veto do Sr. Governador é parcial e, portanto, não prejudica a essência e a relevância do projeto de autoria do nobre Deputado Rogério Ulysses, e considerando ainda acordo já feito com o próprio autor, o encaminhamento da Liderança do Governo é pela manutenção do veto.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só a título de esclarecimento: no caso, esses dois artigos referem-se à regulamentação da fiscalização. Mas não ferem a iniciativa do projeto.

Então, não há nenhuma dificuldade em manter-se o veto do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Replto, Srs. Parlamentares: os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Art. 3º e Parágrafo Único do Art. 4º

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 511/07

Autor: Deputado(a): Rogério Ulysses

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X			
	BERINALDO PONTES	PP	X			
	BISPO RENATO	PR	X			
	BRUNELLI	DEM	-			X
	CABO PATRÍCIO	PT	-	X		
	CHICO LEITE	PT	-			X
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	-			X
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X
	ÉRIKA KOKAY	PT	-	X		
	EURIDES BRITO	PMDB	-			X
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X			
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X			
	LUZIA DE PAULA	PSL	X			
	MILTON BARBOSA	PSDB	X			
	PAULO RORIZ	DEM	X			
	PAULO TADEU	PT	-			X
	PEDRO DO OVO	PMN	X			
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X
	REGUFFE	PDT	X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X			
	WILSON LIMA	PR	X			
	ALÍRIO NETO	PPS	-			X
	TOTAL	---	14	02		08

SECRETÁRIO DEP. PAULO RORIZ

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	☒
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	☐
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____Nº____/____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto parcial.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Pergunto ao Deputado Leonardo Prudente se o crédito orçamentário está pronto para ser apreciado. (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está o.k.

Foram analisadas as emendas, pode ser apreciado.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao PL nº 774, de 2008, que trata de crédito especial no valor de R\$ 5.229.272, 00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e dois reais), considerando que a matéria recebeu quatorze emendas de segundo turno, e nós somos Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

solicitamos a V.Exa. seja concedido um prazo para que possamos fazer uma melhor análise dessas emendas.

Com quatorze emendas, eu acho que nós todos deveríamos fazer uma melhor análise. Essa é minha solicitação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, quero pedir a V.Exa. que passe à apreciação do próximo item enquanto o Deputado Paulo Roriz, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com todo o zelo que sempre teve à frente daquela Comissão, possa analisar essas emendas.

Quero ainda informar ao Deputado Paulo Roriz que as assessorias, tanto do Partido dos Trabalhadores como da Liderança do Governo, fizeram uma avaliação das emendas, sendo que todas elas são emendas parlamentares que apenas prevêem o remanejamento das várias unidades programáticas.

Portanto, Deputado Paulo Roriz, na nossa avaliação, não há nenhum óbice, nenhuma intervenção ou ingerência de recursos, quer seja do Poder Executivo, ou mesmo por se tratarem apenas de emendas parlamentares.

Mas, se V.Exa. ainda desejar manter seu pedido de vista, peço ao Presidente que passe à Imediata apreciação do próximo item.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

DEPUTADO PAULO RORIZ - Por gentileza, Deputado.

Eu estou seguindo uma orientação dos técnicos da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Perfeito.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Então, eu peço a V.Exa. um pouco de paciência, porque será examinado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Claro!

DEPUTADO PAULO RORIZ - Para que, no futuro, não haja nenhum problema.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Podemos deixar até que seja o último item a ser apreciado, Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passaremos à apreciação do próximo item.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 671, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP, de que trata a Lei nº 3.786, de 30 de janeiro de 2006”.

Relatores: Deputado Berinaldo Pontes - CEOF

Deputado Cristiano Araújo - CAS

Deputado Eurides Brito - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Berinaldo Pontes, solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 671, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP, de que trata a Lei nº 3.786, de 30 de janeiro de 2006".

Informo a V.Exa. que apresentamos um substitutivo ao projeto sem alteração de nenhum mérito, apenas para que o novo texto passe a integrar a lei vigente, evitando que seja criada uma outra lei avulsa.

Nesta Comissão, analisamos o projeto e não encontramos óbice ao seu prosseguimento.

Somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 671, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Cristiano Araújo, esta Presidência solicita à Deputada Luzia de Paula que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 671, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP, de que trata a Lei nº 3.786, de 30 de janeiro de 2006".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

Esta Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 671, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP, de que trata a Lei nº 3.786, de 30 de janeiro de 2006".

Sr. Presidente, cumpre-nos falar sobre a admissibilidade do projeto. Sob a ótica da constitucionalidade, da juridicidade e da legalidade, afigura-se-nos correto o presente projeto. O projeto é de iniciativa do Executivo, que não extrapola a sua dimensão e obedece aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Do ponto de vista da técnica legislativa e redacional, também não encontramos óbice.

Somos pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência solicita aos técnicos do setor de som que, tão logo encerremos a sessão no plenário, façam manutenção do microfone da tribuna, já que ele está causando grande ruído quando é usado.

Consulto o Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente, sobre qual item deverá ser apreciado agora.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, o item nº 18.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 08, de 2007, de minha autoria, será votado no dia de hoje?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatei o pedido de V.Exa. Como existia um acordo para votação da pauta, incluí o projeto de V.Exa. como item extrapauta. Não tenho dificuldade de colocá-lo em votação.

DEPUTADO REGUFFE – Poderá ser votado após esse item?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há dificuldade. Espere que a pauta de votação estipulada anteriormente se esgote para podermos votar o de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são quatro os projetos do Governo que serão apreciados. Um já foi votado; restam apenas três projetos serem apreciados. Votaremos os três itens e, depois, apreciaremos o projeto do Deputado Reguffe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Isso, e há acordo para serem votados em segundo turno ainda.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, eu só espero que o *quorum* não caia no momento em que o meu projeto for colocado em votação, após os projetos do Governo serem votados.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer ao Deputado Reguffe que existe acordo para votação dos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

projetos do GETAP e do PPA em segundo turno também. Com certeza, ao terminarmos de votar os projetos do Executivo, poderemos votar o projeto de S.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 500, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 3.157, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2004 a 2007".

Relator: Deputado Cristiano Araújo - CEOF.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que profira parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Cristiano Araújo, solicito ao Deputado Paulo Roriz que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 500, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 3.157, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2004 a 2007".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em função de não termos encontrado nenhum óbice ao projeto, somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Leonardo Prudente, em relação ao Projeto de Lei nº 774, de 2008, recebi uma orientação da minha assessoria no sentido de que, após uma análise prévia, não encontramos nenhum óbice referente às emendas. Então, eu gostaria de dizer a V.Exa., Líder do Governo, que, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não há problema algum de o projeto ser votado no dia de hoje.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Deputado Paulo Roriz, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 500, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 501, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011".

Relator: Deputado Berinaldo Pontes - CEOF.

Foram apresentadas 16 emendas.

Solicito ao Deputado Rôney Nemer que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir o parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas nº 1 a nº 16, de plenário, ao Projeto de Lei nº 501, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011".

No âmbito da CEOF, somos favoráveis às referidas emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votaremos pela aprovação da matéria, tendo em vista a autoria das emendas ser do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 774, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.229.272, 00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e dois reais)”.

Relator: Deputado Paulo Tadeu - CEOF.

Na ausência do Deputado Paulo Tadeu, solicito ao Deputado Paulo Roriz que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 774, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.229.272, 00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e dois reais)”.

O referido projeto recebeu quatorze emendas de segundo turno.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, acatamos as referidas emendas e somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CEOF.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou abster-me de votar a matéria, assim como fiz em primeiro turno, por não ter total conhecimento do crédito. Penso que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

preso deve trabalhar para ressarcir o Estado e a sociedade do gasto que têm com ele. Esse deveria ser um esforço que não apenas o Distrito Federal, mas que o Estado brasileiro deveria fazer. Inclusive, defendo a instituição de presídios agrícolas. O preso tem de ter amparo e tem de ser destinado recurso para isso. Como não tenho pleno conhecimento do benefício exato desse projeto, irei me abster.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 abstenção.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 774, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.229.272, 00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e dois reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem V.Exa. deferiu a votação do Item nº 23, referente à declaração de utilidade pública, que traz prejuízo para uma associação beneficente de nossa sociedade. Portanto, solicito a V.Exa. que assim que possível proceda à votação desse item.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	04	2008	15h45min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que encerre esta sessão e convoque sessão extraordinária para votação do PL nº 501, de 2007, sobre a alteração do PPA, em segundo turno, junto com os projetos dos Deputados Reguffe e Brunelli. Além do projeto referente à GETAP, Item nº 12, Projeto de Lei nº 671, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para a apreciação de quatro matérias: o Projeto de Lei nº 501, de 2007, os projetos dos Deputados Reguffe e Brunelli e o Projeto de Lei nº 671, de 2008.

(Levanta-se a sessão às 18h15min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 23ª
(VIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 3 DE ABRIL DE 2008.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wilson Lima e Paulo Roriz.

SECRETARIA: Deputados Cabo Patrício, Paulo Roriz e Wilson Lima.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 45 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 14 minutos.

Publicação conferida no DCL nº 571, de 25/04/08
Servidor: Lucas Matrícula: 1173737

ATA SUCINTA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 3 DE ABRIL DE 2008.

Revisora: Lucas Chefe do Setor: Lucas (L/SN/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|----------------------------------|---------------------------|
| • Batista das Cooperativas – PRP | • Leonardo Prudente – DEM |
| • Benício Tavares – PMDB | • Luzia de Paula – PSL |
| • Berinaldo Pontes – PP | • Milton Barbosa – PSDB |
| • Bispo Renato Andrade – PR | • Paulo Roriz – DEM |
| • Brunelli – DEM | • Paulo Tadeu – PT |
| • Cabo Patrício – PT | • Pedro do Ovo – PMN |
| • Chico Leite – PT | • Raad Massouh – DEM |
| • Cristiano Araújo – PTB | • Reguffe – PDT |
| • Dr. Charles – PTB | • Rogério Ulysses – PSB |
| • Erika Kokay – PT | • Rôney Nemer – PMDB |
| • Eurides Brito – PMDB | • Wilson Lima – PR |
| • Jaqueline Roriz – PSDB | • Alírio Neto – PPS |

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATAS

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 19ª, 21ª e 22ª Sessões Ordinárias.

1.2 COMUNICADOS DA MESA

– **Mensagem nº 84, de 2008**, do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Processo nº 22, de 2008**.

Obs.: Os anexos da Mensagem encontram-se à disposição, para consulta, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF.

– **Mensagem nº 89, de 2008**, do Governador do Distrito Federal.

– **Projeto de Lei nº 795, de 2008**, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Projeto de Lei nº 796, de 2008**, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.
- **Projeto de Lei nº 797, de 2008**, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.
- **Indicação nº 3.889, de 2008**, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.
- **Indicação nº 3.890, de 2008**, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.
- **Indicação nº 3.891, de 2008**, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.
- **Indicação nº 3.892, de 2008**, de autoria de vários deputados.
- **Moção nº 159, de 2008**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Requerimento nº 878, de 2008**, do Deputado Rogério Ulysses.
- **Requerimento nº 879, de 2008**, da Deputada Eurides Brito.
- **Requerimento nº 880, de 2008**, do Deputado Rôney Nemer.
- **Requerimento nº 881, de 2008**, do Deputado Pedro do Ovo.
- **Requerimento nº 882, de 2008**, do Deputado Pedro do Ovo.
- **Requerimento nº 883, de 2008**, do Deputado Raad Massouh.
- **Requerimento nº 884, de 2008**, do Deputado Wilson Lima.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO REGUFFE, em nome do PDT

- Participa que o PDT realizará congresso, no próximo domingo, no auditório da CLDF.
- Lamenta o caráter fisiológico do debate político atual.
- Pondera que o Estado, embora exerça papel relevante para o equilíbrio social, onera excessivamente os contribuintes.
- Opina que o PDT deveria assumir posição alternativa, sem a ocupação de cargos nos governos local e federal.
- Discorre acerca da concepção moderna do papel do Estado no modelo socialista.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO MILTON BARBOSA, líder do Bloco Social Trabalhista

- Critica a atuação do Secretário Raimundo Ribeiro na gestão do sistema penitenciário do DF.
- Manifesta sua solidariedade aos servidores do sistema penitenciário do DF.
- Parabeniza o Governador Arruda pela habilidade com que interveio para solucionar o problema.
- Recomenda ao Governador ouvir o Poder Judiciário e o Ministério Público com respeito aos problemas do sistema penitenciário.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, líder do Bloco Democrático Social Brasileiro

- Refere-se a documento entregue pelo Movimento Orgulho Autista à Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso durante visita, ontem, à CLDF.
- Solicita a inserção nos Anais do documento com as reivindicações do Movimento e o seu encaminhamento ao GDF.
- Expressa seu apoio ao pedido de criação da anunciada subsecretaria para tratar dos interesses das pessoas com deficiência.
- Agradece à Mesa Diretora a ajuda oferecida para a divulgação da questão do autismo.
- Informa que distribuirá aos membros da Frente cópias do documento recebido.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE, líder do Governo

- Comunica que, cumprindo compromisso assumido com a Associação dos Ambulantes do Gran Circular, convidou a Subsecretária Márcia Fernandez para visita à CLDF a fim de esclarecer os critérios de distribuição dos boxes do *Shopping Popular*.
- Destaca que as obras inauguradas pelo Governador Arruda neste mês representam os primeiros resultados positivos das medidas austeras implementadas por sua gestão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO PEDRO DO OVO, em nome do Bloco Parlamentar Independente

- Aborda a necessidade de reformas urgentes na feira permanente e na rodoviária do Gama.
- Requer à Administração Regional que intervenha para mitigar os problemas enfrentados pelos feirantes.
- Pleiteia a adoção de uma solução provisória até a mudança de local da rodoviária.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO, líder da bancada do PT

- Questiona a existência de duas listas para distribuição de lotes nos programas habitacionais do Governo.
- Comenta declaração do Diretor Imobiliário da Codhab de que a relação dos policiais e bombeiros militares contemplados será divulgada no próximo dia 21 de abril.
- Denuncia que assessores do Governo têm declarado, em eventos nos quartéis, que farão a indicação dos beneficiados.
- Cobra do Governo o cumprimento dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral relativos à implantação de políticas habitacionais.
- Apregoa a necessidade de transparência na elaboração das listas.
- Afirma que a bancada do PT fiscalizará a distribuição dos lotes para evitar que aconteçam erros ou ingerência política.

3 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Apreciação do **veto parcial ao parágrafo único do art. 6º do PROJETO DE LEI Nº 1.061, de 2004**, de autoria do Deputado Brunelli, que "Cria o Programa de Identificação e Acompanhamento da Dislexia – PIAD, na rede pública de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências". **MANTIDO** com 17 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 6 ausências.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(2º) **ITEM 2:** Apreciação do **veto total ao PROJETO DE LEI Nº 268, DE 2007**, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "Assegura aos policiais militares e civis, aos bombeiros militares e aos servidores do quadro do Departamento de Trânsito do Distrito Federal assistência jurídica especializada, quanto ao exercício legal de sua função, se se envolverem em fatos de natureza penal ou administrativa". **MANTIDO** com 13 votos favoráveis e 1 contrário. Houve 10 ausências.

(3º) **ITEM 3:** Apreciação do **veto total ao PROJETO DE LEI Nº 302, DE 2007**, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "Dispõe sobre a instituição de programa de alimentação para os alunos matriculados no ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal". **REJEITADO** com 14 votos contrários e 2 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(4º) **ITEM 4:** Apreciação do **veto parcial ao art. 6º do PROJETO DE LEI Nº 333, DE 2007**, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "Dispõe sobre a criação de creches-células no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências". **MANTIDO** com 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

(5º) **ITEM 5:** Apreciação do **veto parcial aos arts. 4º, 5º e 6º; ao § 5º do art. 9º; ao § 2º do art. 14; e aos arts. 25 e 26 do PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2007**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal". **MANTIDO** com 13 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 8 ausências.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(6º) **ITEM 7:** Apreciação do **veto parcial ao art. 3º e ao parágrafo único do art. 4º do PROJETO DE LEI Nº 511, DE 2007**, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "Proíbe o ingresso de menores de dezoito anos em eventos de qualquer natureza, denominados *open bar*, que permitam a livre distribuição de bebidas alcoólicas". **MANTIDO** com 14 votos favoráveis e 2 votos contrários. Houve 8 ausências.

(7º) **ITEM 12:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 671, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – Getap, de que trata a Lei nº 3.786, de 30 de janeiro de 2006".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Paulo Roriz, favorável ao projeto, com apresentação de substitutivo. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Parecer da relatora da CAS, Deputada Luzia de Paula, favorável na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Leite, favorável na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(8º) **ITEM 18:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 500, DE 2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei nº 3.157, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2004 a 2007".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Paulo Roriz, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(9º) **ITEM 11:** Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 774, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 5.229.272,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e dois reais)". **LIDO.**

(10º) **ITEM 19:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 501, DE 2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Rôney Nemer, sobre as emendas: acata as emendas nºs 1 a 16. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(11º) **ITEM 11:** Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 774, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 5.229.272,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e dois reais)".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Paulo Roriz, sobre as emendas de 2º turno: acata as emendas nºs 1 a 14. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes). Houve 1 abstenção.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

Obs.: As folhas de votação nominal serão publicadas na ata circunstanciada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

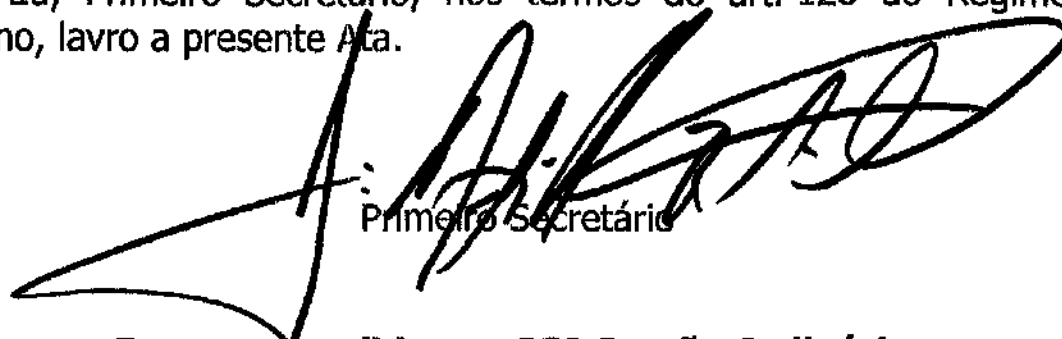
4 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wilson Lima):

– Convoca os deputados para sessão extraordinária, a realizar-se em seguida, para votação, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 501/2007 e 671/2008; e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 8/2007 e 2.040/2005.

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.



Primeiro Secretário

**Documentos lidos na 23ª Sessão Ordinária,
de 3 de abril de 2008.**

Em 03.04.08
Assessoria de Planejamento

MENSAGEM
Nº 37/2008-GAG

Brasília, 1 de abril de 2008

PROC 22/2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

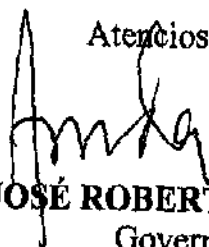
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar a Prestação de Contas Anual do Governo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2007, em consonância com o inciso XVII do artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

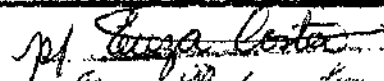
Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ao Protocolo Legislativo para registro e
seguida a CEOF.

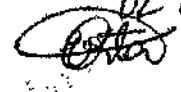
Em, 04.04.08.

Ateenciosamente,


JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador


Assessoria de Planejamento

Excelentíssimo Senhor
Deputado ALÍRIO NETO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília - DF

02.04.08


CID 0
Em 03/04/08
Assessoria de Planalto

MENSAGEM Nº 089 /2008 – GAG

Brasília, 2 de abril de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, com estelo nas disposições contidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, solicitar a essa egrégia Casa a retirada de tramitação do **Projeto de Lei Complementar nº061/2008**, encaminhado através da mensagem nº 372/2007.

O assunto objeto do referido Projeto foi a alteração do uso para lotes no S.I.A Trecho 17, na região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX, e dá outras providências

O motivo para a retirada do Projeto é a necessidade de uma nova análise acerca dos usos dos lotes.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares meus protestos de elevado respeito e consideração.


JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador

Assessoria de Planalto
Recebido em 03/04/08
Assinatura

Excelentíssimo Senhor
Deputado Alírio Neto
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília- DF

MENSAGEM

N.º 372 /2007

Brasília, 18 de dezembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Casa de Leis, o anexo Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a desconstituição de 7 (sete) lotes, e a alteração de uso de outros 33 (trinta e três) imóveis, todos situados no Trecho 17 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, na Região Administrativa XXIX.

A desconstituição dos lotes está baseada em laudo técnico encaminhado ao Governo do Distrito Federal pela Petrobrás Transporte S.A - Transpetro, proprietária do Lote 1 – Terminal Brasília do Trecho 10 do mesmo SIA.

Dada a intenção do Governo do Distrito Federal em implantar o cemitério de animais nos Lotes 255 e 365 da Via I4 A, no Trecho 17 do SIA, a Petrobrás Transporte S. A – Transpetro elaborou em 2006 o laudo técnico em comento.

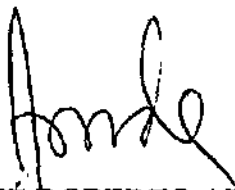
Em virtude da proximidade dos Lotes 255 e 365 com o Terminal Brasília e seus ramais, foram indicadas em mapa as curvas de “iso risco” decorrentes da armazenagem de diversos tipos de combustíveis no Lote 1 em comento, curvas estas que abrangem 7 (sete) lotes do Trecho 17, relacionados neste Projeto de Lei Complementar.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **ALÍRIO NETO**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

Considerando, ainda, que os imóveis a serem desconstituídos não foram alienados até a presente data, será possível suprimi-los do seu respectivo Projeto Urbanístico de Parcelamento, bem como cancelar o registro em cartório dos mesmos.

Em contrapartida, uma vez que alguns dos lotes a serem desconstituídos estão destinados a Equipamento Público Comunitário – EPC, à saúde e segurança, estamos propondo a alteração de uso de 33 (trinta e três) imóveis destinados atualmente à indústria, dos quais 19 (dezenove) serão destinados à saúde, 11 (onze) ao uso coletivo, e 3 (três) à segurança.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e aos demais Deputados expressões de meu elevado apreço.



JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º

/2007.

Desconstitui e altera uso de lotes no Trecho 17 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, na Região Administrativa XXIX, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam desconstituídos os Lotes 150, 220 e 290 da Rua 4, 80 e 500 da Rua 2, 255 e 365 da Via IA 4, do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, na Região Administrativa XXIX, consubstanciados no Projeto de Urbanismo URB 048/00 e no Memorial Descritivo MDE 048/00.

Parágrafo único. As áreas correspondentes aos lotes de que trata este artigo passam a constituir-se “áreas non aedificandi”.

Art. 2º Ficam alterados os usos dos lotes do Trecho 17 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, da forma a seguir aduzida:

I – lotes 1075, 1115, 1155, 1195 e 1265 da Via IA 4, lotes 740, 760, 780, 800, 820, 840, 860 e 880 da Rua 3, de uso Industrial para o uso Coletivo com atividade de Saúde (cód. 85-A);

II – lotes 955 e 995 da Via IA 4, lotes 600, 620, 640 e 660 da Rua 3, de uso Industrial para o uso Coletivo com atividade de Saúde (cód. 85-A);

III – lotes 875 e 915 da Via IA 4, lotes 520, 540, 560 e 580 da Rua 3, de uso Industrial para o uso Coletivo;

IV – lote 815 da Via IA 4 e lotes 450 e 470 da Rua 3, de uso Industrial para o uso Coletivo com atividade de Segurança (cód. 75.24-8)

Art. 3º Os usos e atividades discriminados no art. 2º desta Lei Complementar foram baseados na Classificação de Usos e Atividades vigente para o Distrito Federal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
MEIO AMBIENTE
Gabinete**



OFÍCIO
N.º 3503 /2007 - GAB/Seduma

Brasília, 10 de dezembro de 2007.

Senhor Secretário,

Com os meus cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, com vistas à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador, as anexas minutas de Mensagem e Projeto de Lei Complementar, que versam sobre a desconstituição de 7 (sete) lotes, e a alteração de uso de outros 33 (trinta e três) lotes, todos localizados no Trecho 17 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, na Região Administrativa XXIX, para que, caso haja anuência do Chefe do Poder Executivo Local, sejam remetidos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Por oportuno informo a Vossa Excelência que a desconstituição dos lotes tem como justificativa o laudo técnico encaminhado ao Governo do Distrito Federal em 2006 pela Petrobrás Transporte S.A. – Transpetro, em decorrência da proposta elaborada pelos órgãos competentes da administração local, para implantação do cemitério de animais nos Lotes 255 e 365 do Trecho 17 do SIA.

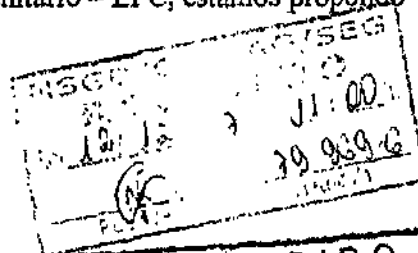
Em virtude da proximidade dos Lotes 255 e 365 supramencionados com o Lote 1 – Terminal Brasília do Trecho 10 do SIA, e de mais outros 5 (cinco) lotes também localizados no Trecho 17, foi elaborado um mapa contendo as curvas de “iso risco” decorrentes da armazenagem de diversos tipos de combustíveis no Lote 1 em questão e de propriedade da Transpetro.

Conforme se verifica no mapa anexo a este expediente, e elaborado pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap com base nas informações prestadas pela Transpetro, as curvas de “iso risco” incidem nos 7 (sete) lotes aqui propostos para desconstituição.

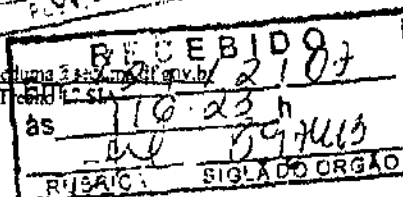
Considerando que estes 7 (sete) lotes não foram alienados até a presente data, será possível a supressão dos mesmos do Projeto Urbanístico de Parcelamento do Trecho 17.

Em contrapartida, tendo em vista que os lotes a serem suprimidos são destinados atualmente à saúde, segurança e a Equipamento Público Comunitário – EPC, estamos propondo

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO
Secretário de Estado de Governo
NESTA



SCS Q. 06 Bl. A Lotes 13/14 tel: 3325-1803/1804 fax: 3325-1921 CEP 70.306-918 seduma@sema.df.gov.br
MBB/mbb/2007/mensagem e plo desconstituição - alteração de uso lotes Trecho 17 - SIA
Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade



Fl. 02/02.

a alteração de uso de 33 (trinta e três) lotes hoje destinados à indústria, também localizados no Trecho 17. Destes 33 imóveis, 19 (dezenove) serão destinados à saúde, 11 (onze) ao uso coletivo, e 3 (três) à segurança.

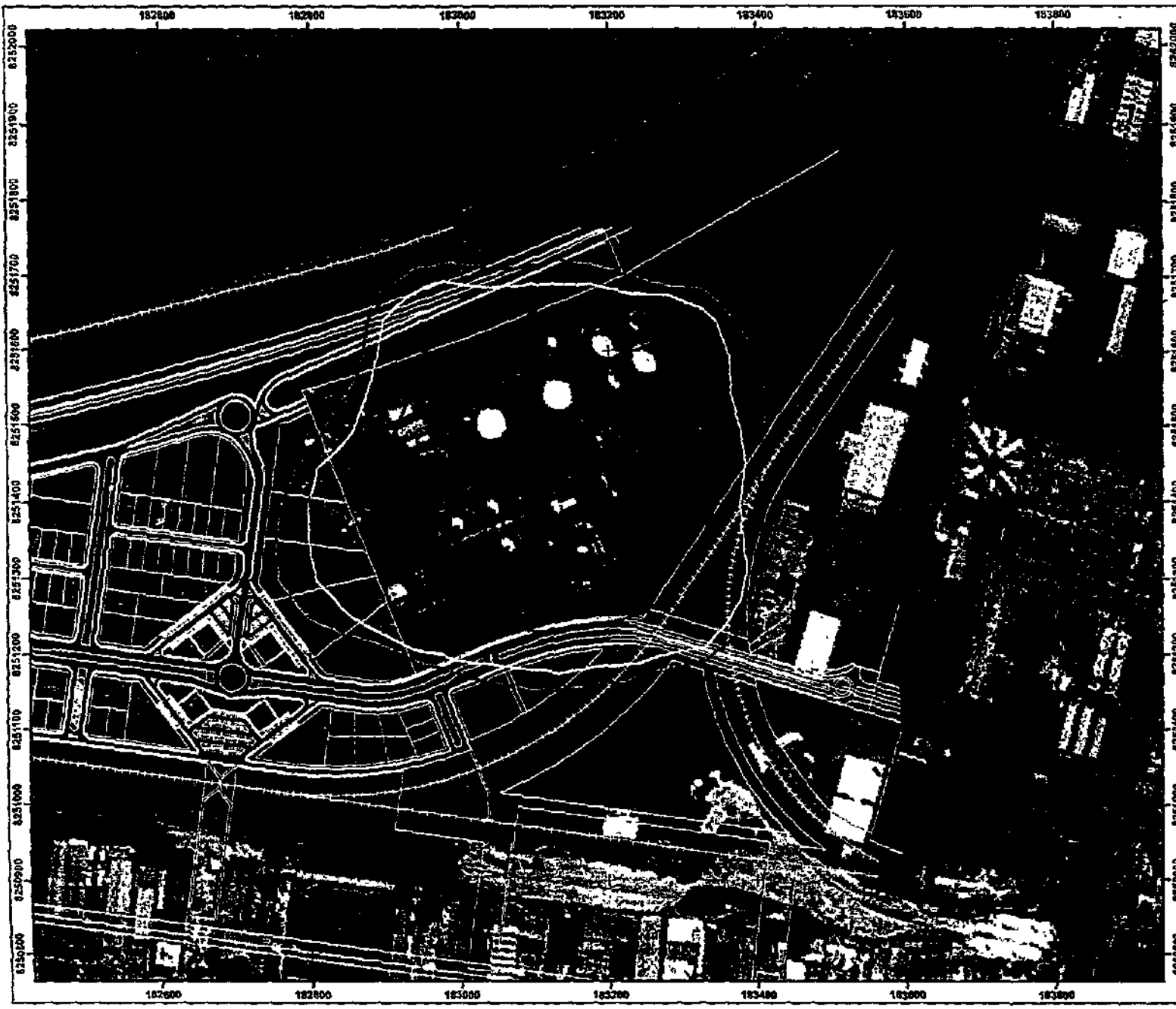
Segue, anexo, disquete contendo o arquivo eletrônico das minutas inicialmente citadas, para os fins pertinentes.

Atenciosamente,



CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente



Legenda

Região da Iso Risco

- 1E- 6/ano
- 1E- 5/ano
- 1E- 4/ano
- - - Malha SICAD 1:10.000
- Área em questão

Sistema de Projeção - UTM
Datum Horizontal - Astro Chua
Zona 23

0 35 70 140 210 280
Metros

CEMITÉRIO DE ANIMAIS	
Interferência com as Curvas de Risco Individual SIA Trecho 17	
ESCALA: 1:1000	ANÁLISE AMBIENTAL
DATA: 13/11/08	DES: JCHAVES
NUAMB - GEMAM	MAPA 01

17



Processo nº 111.001.610/2006
Rubrica 111.001.610/2006

DESPACHO Nº 314/2006-NUAMB
PROCESSO: Nº 111.001.610/2006
INTERESSADO: PETROBRAS TRANSPORTE S/A
ASSUNTO: Destinação de lotes – Setor de Industrias e Abastecimento, Trecho 17

Ao Senhor Chefe do NUAMB,

Em atendimento à Gerência de Projetos desta Companhia, que solicita providência para contratação de Estudo de Análise de Risco, Informa-se que tal estudo já foi realizado pela TRANSPETRO por intermédio da empresa ITSEMAP - Serviços Tecnológicos MAPFRE.

A área em questão, pretendida para a implantação do cemitério para animais, possui interferência de risco com o Terminal de Abastecimento da TRANSPETRO, conforme ilustrado no mapa em anexo. O mapa foi confeccionado com base no Parecer Técnico SMS 01/06, intitulado "Implantação de um Cemitério de Animais próximo ao Terminal de Brasília e Faixa de Domínio dos Ramais", em anexo.

Em parte, os lotes 500 e 255 do Setor de Industrias e Abastecimento - Trecho 17, estão abrangidos pela região de Iso risco, demonstrando que é necessário que a área referente ao cemitério de animais fique situada além da linha amarela e que é recomendável que a área referente ao cemitério de animais fique situada além da linha verde.

Desta maneira convém avaliar a destinação desta área para a implantação do cemitério de animais.

Brasília, 17 de novembro de 2006.

Pedro Rafael Mandaí
PEDRO RAFAEL MANDAI
Técnico-Especialista / Geólogo
NUAMB/GEMAM/DITEC

PROCESSO: Nº 111.001.610/2006
INTERESSADO: PETROBRAS TRANSPORTE S/A
ASSUNTO: Destinação de lotes – Setor de Industrias e Abastecimento, Trecho 17

À GEMAM,

Segue despacho em resposta a solicitação de providência para contratação de Estudo de Análise de Risco e outras considerações pertinentes.

Brasília, 17 de novembro de 2006.

Allan Guimarães Diógenes
ALLAN GUIMARÃES DIÓGENES
Chefe do NUAMB
GEMAM/DITEC/TERRACAP

PRM

E:\NUAMB\2006\NUAMB\DESPACHOS\DSP0314-06- Contratação de Estudo de Análise de Risco - GEPRO.doc



Folha nº	1/1
Processo nº	11101/06
Revisão	01/06

IMPLANTAÇÃO DE UM CEMITÉRIO DE ANIMAIS PRÓXIMO AO TERMINAL DE BRASÍLIA E FAIXA DE DOMÍNIO DOS RAMAIS

1. INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se ao ofício 151/2006-GAB/SUMAM de 25/05/2006 da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, com relação à existência de risco para implantação de um cemitério de animais de interesse da Secretaria de Saúde do DF.

O parecer está baseado nos Estudos de Análise do Terminal de Brasília e dos Ramais do referido Terminal.

2. ANÁLISE DE RISCOS DOS RAMAIS

2.1. Introdução

O sistema de ramais do Terminal de Brasília é composto por:

- Um ramal com extensão de 12.300 metros e diâmetro de 6" que interliga o Terminal ao Aeroporto de Brasília e opera com querosene de aviação;
- Dois ramais de 2.750 metros que interligam o Terminal às companhias BR e Shell, com diâmetros de 6" e 8" e operam com gasolina e diesel respectivamente;
- Um ramal de 3.040 metros que interliga o Terminal de Brasília com as Companhias Distribuidoras Onogas, Minasgás, Supergasbras, Agip Liquigas, e Nacional Gás Butano, com diâmetro de 6" e opera com GLP.

O Estudo de Análise de Riscos dos ramais do Terminal de Brasília foi realizado em 2004 pela empresa Itsemap do Brasil. O Estudo baseou-se nas diretrizes definidas pela PETROBRAS, na norma CETESB e termo de referência do IBAMA.

2.2. Metodologia

A partir da aplicação da técnica Análise Preliminar de Perigos – APP foram identificadas 04 hipóteses acidentais. Dessas hipóteses acidentais foram selecionadas as áreas mais próximas com maior concentração populacional.

Para essas áreas foram realizadas simulações de consequências utilizando-se os programas LEAKMAP e PHAST, utilizando-se valores conhecidos de referência para radiação térmica e sobrepressão.

Os riscos social e individual foram calculados utilizando-se o programa Quantox, para duas áreas com maiores adensamentos populacionais nas proximidades do duto, sendo uma área para o ramal das distribuidoras e a outra para o ramal do aeroporto, a saber:

- Área 1 – Barracos e Empresas da SIA, do Km 0+680 ao 1+400 do Ramal das Distribuidoras;
- Área 2 – Empresas da SIA, do Km 0+750 a 0+824 do Ramal do Aeroporto.

2.3. Critérios de Tolerabilidade

2.3.1. Os critérios de tolerabilidade utilizados foram o da norma Cetesb, que define critérios unicamente para Risco Individual (RI):

RI máximo tolerável: 1×10^{-4} ano⁻¹;

RI negligenciável: menor/igual 1×10^{-5} ano⁻¹;

2.3.2. Com relação ao Risco Social (RS), os limites de tolerabilidade não foram estabelecidos, uma vez que não há consenso sobre o tema, mesmo em nível internacional. Mesmo assim tem sido comum a adoção de curvas f-N de

referência para instalações fixas (plantas industriais) também para dutos, respeitadas as peculiaridades e incertezas relativas.

2.4. Resultados obtidos

Com relação aos resultados de Risco Individual (RI), os mesmos variaram entre:

- Área 1: $7,62 \times 10^{-11} \text{ ano}^{-1}$ e $1,9 \times 10^{-6} \text{ ano}^{-1}$;
- Área 2: $1,50 \times 10^{-08} \text{ ano}^{-1}$ e $1,18 \times 10^{-7} \text{ ano}^{-1}$.

Os valores são plenamente aceitáveis em relação aos critérios de tolerabilidade (item 2.3.1).

Com relação ao Risco Social (RS) os resultados foram:

- Área 1: A curva situa-se na região ALARP (As Low As Reasonably Practible), ou seja, gerenciável de acordo com as rotinas operacionais da empresa;
- Área 2: valores dentro do tolerável, não sendo possível plotar a curva, pois o número de vítimas na simulação é inferior a um.

Os valores são plenamente aceitáveis em relação aos critérios de tolerabilidade (item 2.3.2).

2.5. Avaliação sobre a Implantação de cemitério de animais

Baseado no Estudo de Análise de Riscos dos ramais do Terminal de Brasília pode-se fazer uma analogia entre o risco da situação existente e o risco para a implementação do cemitério de animais:

- 2.5.1. Risco Individual: O risco individual é considerado aceitável mesmo à distância de 0 m do duto não caracterizando como limitação para a implantação do cemitério. Por outro lado a implantação e operação do cemitério deve ser planejada de forma a não aumentar a possibilidade de causa de acidente

Parecer Técnico SMS 01/06

especificada pela "Ação de Terceiros" levada em consideração na metodologia da Análise Preliminar de Perigos – APP do Estudo de Análise de Riscos.

2.5.2. Risco Social: Considerando todas as premissas apresentadas no item 2.3 o Risco Social é considerado aceitável levando em consideração a área mais densamente populosa que é a Área 1 (Barracos e Empresas da SIA, do Km 0+680 ao 1+400 do Ramal das Distribuidoras) caracterizada com a existência de 05 barracos e 44 empresas com uma população estimada de 2880 pessoas. Essa situação é mais conservativa que o incremento populacional devido a implantação do cemitério, não se caracterizando como limitação para a implantação do cemitério.

3. ANÁLISE DE RISCOS DO TERMINAL

3.1. Introdução

O Terminal de Brasília é composto por áreas de tancagem, de bombeamento, utilidades, *scrapers*, apoio operacional e apoio administrativo.

O armazenamento de produtos no Terminal de Brasília é composto de 2 (dois) parques de armazenamento distintos, sendo um destinado ao armazenamento de derivados claros e o outro ao armazenamento de GLP.

Atualmente, o Terminal de Brasília tem condições de receber, armazenar e transferir os seguintes produtos: óleo diesel, gasolina, GLP e querosene de aviação.

O Estudo de Análise de Riscos do Terminal de Brasília foi realizado em 2004 pela empresa Itsemap do Brasil. O Estudo baseou-se nas diretrizes definidas pela PETROBRAS, na norma CETESB e termo de referência do IBAMA.

3.2. Metodologia

A partir da aplicação da técnica Análise Preliminar de Perigos – APP foram identificadas 56 hipóteses acidentais.

Parecer Técnico SMS 01/06

Folha nº 115
 Processo nº 111016106
 Rubrica 111016106 Mat. 115

Foram realizadas simulações de conseqüências utilizando-se os programas LEAKMAP e PHAST, utilizando-se valores conhecidos de referência para radiação térmica e sobrepressão.

Os riscos social e individual foram calculados utilizando-se o programa Quantox.

3.3. Critérios de Tolerabilidade

3.3.1. Os critérios de tolerabilidade utilizados foram o da norma Cetesb, que define critérios para instalações fixas (plantas industriais):

RI máximo tolerável: 1×10^{-3} ano⁻¹;

RI negligenciável: menor/igual 1×10^{-6} ano⁻¹;

3.3.2. Com relação ao Risco Social (RS), os limites de tolerabilidade são estabelecidos através da adoção de curvas f-N de referência para instalações fixas (plantas industriais).

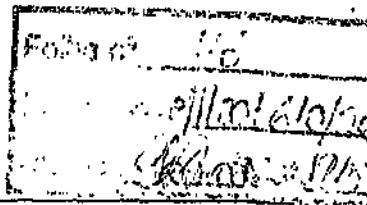
3.4. Resultados obtidos

Com relação aos resultados de Risco Individual (RI), os mesmos variaram entre $1,00 \times 10^{-08}$ ano⁻¹ e $1,0 \times 10^{-4}$ ano⁻¹, sendo que este nível permaneceu dentro das instalações do Terminal. Os níveis de $1,0 \times 10^{-6}$ e $1,0 \times 10^{-3}$ considerados respectivamente, segundo o critério da CETESB, como sendo o risco negligenciável e risco máximo tolerável extrapolaram o limite da empresa, atingindo uma pequena área de vegetação bem próxima ao Terminal. A faixa entre $1,0 \times 10^{-6}$ e $1,0 \times 10^{-3}$ é considerada região ALARP (As Low As Reasonably Practible).

Com relação à curva de Risco Social relacionada às instalações do Terminal e às pessoas nas áreas prováveis de serem afetadas pelos acidentes, situou-se, em sua maior parte, na região negligenciável. Porém, para um número máximo de vítimas igual a 930, com frequência igual a $3,5E-07$ /ano, situa-se na região ALARP (As Low As Reasonably Practible). No entanto, vale ressaltar que mesmo para o menor número de vítimas fatais; ou seja, 1 fatalidade, a frequência associada está na ordem de 10^{-6} /ano; portanto, bem abaixo do limite de intolerabilidade (10^{-3} /ano para uma fatalidade). Sendo assim, conclui-se que o Risco



Parecer Técnico SMS 01/06



Social é tolerável, visto o estudo ser conservativo, ou seja, não foram levados em consideração os sistemas de proteção existentes para o cálculo do risco.

3.5. Avaliação sobre a implantação de cemitério de animais

Baseado no Estudo de Análise de Riscos do Terminal de Brasília pode-se fazer uma analogia entre o risco da situação existente e o risco para a implementação do cemitério de animais:

3.5.1. Risco Individual:

Considerando que:

- Os níveis de $1,0 \times 10^{-6}$ e $1,0 \times 10^{-5}$ considerados respectivamente, segundo o critério da CETESB, como sendo o risco negligenciável e risco máximo tolerável extrapolaram o limite da empresa, atingindo uma pequena área de vegetação bem próxima ao Terminal;
- E que a faixa entre $1,0 \times 10^{-6}$ e $1,0 \times 10^{-5}$ é considerada região ALARP (As Low As Reasonably Practible), conclui-se que:

É necessário que a área referente ao cemitério de animais fique situada além da região de iso risco $1,0 \times 10^{-5}$ linha amarela do Anexo A;

É recomendável que a área referente ao cemitério de animais fique situada além da região de iso risco $1,0 \times 10^{-6}$ linha verde do Anexo A.

3.5.2. Risco Social:

Com as considerações apresentadas nos itens 3.3 e 3.4 o Risco Social é considerado tolerável. A circunvizinhança atual é composta pelas empresas do Setor de Indústrias e Abastecimento – SAI e essa situação é mais conservativa que o incremento populacional devido a implantação do cemitério, não se caracterizando como limitação para a implantação do cemitério.



TRANSPETRO

Parecer Técnico SMS 01/06

Folha nº 117
 Processo nº 11101/2006
 Rubrica: [assinatura] 11/06/06

4. CONCLUSÃO

Levando-se em consideração o Estudo de Análise de Riscos do Terminal de Brasília e dos Ramais não há impedimentos para implementação do cemitério de animais próximo ao terminal e faixa de domínio, desde que sejam seguidas as seguintes recomendações:

- Mantida a distância da faixa de domínio atual;
- Conforme Portaria ANP 125/02 de 05 de agosto de 2002 seja solicitada autorização específica à Transpetro para interferências de terceiros com as instalações de dutos, apresentando o projeto do empreendimento, assim como os impactos à faixa de dutos decorrentes da implantação, tais como, movimentação de solo e drenagem;
- É necessário que a área referente ao cemitério de animais fique situada além da região de iso risco $1,0 \times 10^{-5}$ linha amarela do Anexo A;
- É recomendável que área referente ao cemitério de animais fique situada além da região de iso risco $1,0 \times 10^{-6}$ linha verde do Anexo A.

ANEXOS:

Anexo A – Curvas de Risco Individual do Terminal de Brasília

Senador Canedo, 05 de junho de 2006

Carlos Alberto Rodrigues Torres
 Transpetro/DT/SMS OSBRA
 Químico de Petróleo
 Matrícula: 582.238.3
 CRQ 04218089 4ª. Região



Anexo A – Curvas de Risco Individual do Terminal de Brasília



EMPRESA DE TRANSPORTES
TRANSPETRO

Parecer Técnico SMS 01/06

Folha nº 49

Processo nº 11161012

Rubrica [Signature] Mat. 121





DÊSPACHO : 0845/2006
REFERÊNCIA : PROCESSO Nº 111.001.610/2006
INTERESSADO : TRANSPETRO

Folha nº 50
Processo 111001610/2
1234-8

ASSUNTO : SIA Trecho 17.

À DITEC,

O presente processo trata de questões afetas à segurança do Terminal de Armazenamento de Derivados de Petróleo da TRANSPETRO e o respectivo oleoduto, integrantes do projeto de parcelamento do SIA Trecho 17.

A GENUR/DIREU/SUDUR, às folhas 4 a 5, solicita algumas providências a esta empresa, que, no nosso entendimento, foram atendidas parte de acordo com a nossa manifestação à folha 24 e parte pelas informações e documentos juntados pela GEMAM às folhas 39 a 49.

Em razão do Estudo de Análise de Risco requerida pela GENUR/SUDUR, fl. 4, a GEMAM encaminhou as informações constantes à folha 39, o mapa ilustrado à folha 40 e o parecer técnico SMS 01/06 realizado pela TRANSPETRO, fl. 41 a 49, e que se refere ao ofício 151/2006-GAB/SUMAM de 25.5.2006 da SEMARH.

Pelo que se pode deduzir das informações encaminhadas há interesse nos lotes 500 e 255 da via IA 4 do Trecho 17 do SIA para implantação de um cemitério de animais de interesse da Secretaria de Saúde do DF.

Com base nas informações do referido parecer da TRANSPETRO e do despacho à folha 39, os mencionados lotes estão abrangidos pela região de iso risco. No entanto, constata-se que não é a totalidade dos terrenos (fl. 40). A recomendação é a de que o cemitério fique além da linha verde.

Assim sendo, nos leva a propor que as duas áreas sejam destinadas ao cemitério, estabelecendo um plano de zoneamento, onde dentro da área de iso risco, delimitada pela linha verde, fossem permitidos apenas os túmulos, já que o acesso de pessoas é temporário e, na parte restante, poderiam se localizar as atividades de apoio ao cemitério.

Isto posto, encaminhamos o presente processo propondo os seguintes encaminhamentos:

- 1) à SUDUR, para conhecimento, avaliação e manifestação acerca da nossa proposta, considerando as providências requeridas por aquela Subsecretaria, fl. 4 e 5;

MENSAGEM

N.º 332 /2007

OK *M. Azevedo*
Maria Aparocida Montêiro Azevedo
Assessor-Chefe da Consultoria Jurídica
Governo do Distrito Federal
Brasília, de dezembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

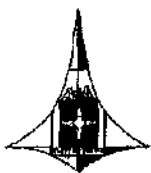
Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Casa de Leis, o anexo Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a desconstituição de 7 (sete) lotes, e a alteração de uso de outros 33 (trinta e três) imóveis, todos situados no Trecho 17 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, na Região Administrativa XXIX.

A desconstituição dos lotes está baseada em laudo técnico encaminhado ao Governo do Distrito Federal pela Petrobrás Transporte S.A - Transpetro, proprietária do Lote 1 – Terminal Brasília do Trecho 10 do mesmo SIA.

Dada a intenção do Governo do Distrito Federal em implantar o cemitério de animais nos Lotes 255 e 365 da Via I4 A, no Trecho 17 do SIA, a Petrobrás Transporte S. A – Transpetro elaborou em 2006 o laudo técnico em comento.

Em virtude da proximidade dos Lotes 255 e 365 com o Terminal Brasília e seus ramais, foram indicadas em mapa as curvas de “iso risco” decorrentes da armazenagem de diversos tipos de combustíveis no Lote 1 em comento, curvas estas que abrangem 7 (sete) lotes do Trecho 17, relacionados neste Projeto de Lei Complementar.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado ALÍRIO NETO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BER

NTES

PROJETO DE LEI Nº PL 795/2008

(Autor: Deputado Berinaldo Pontes)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CES e CCJ.

Em, _____

Dispõe sobre a adoção de microfones na rede escolar pública e particular no âmbito do Distrito Federal.

Berinaldo Pontes Lima
Presidente da Assessoria de Planário

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL resolve:

Art. 1º - A adoção de microfones na rede escolar pública e particular obedecerá às normas estabelecidas por esta Lei.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se o microfone como instrumento de trabalho o item de uso exclusivo e restrito pelos docentes, de acordo com as necessidades individuais do educando durante o período dentro da sala de aula.

Art. 3º - Fica vedada, sob qualquer modalidade, a cobrança de taxas sobre o microfone pelas Instituições de Ensino, seja ela pública e/ou particular.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal, suplementadas se necessário.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BERINALDO PONTES

JUSTIFICAÇÃO

A voz é um instrumento fundamental na vida profissional do professor. Como elemento que deve convencer e influenciar os alunos, esta voz requer uma adaptação precisa dos órgãos da fonação sob pena do surgimento de sintomas disfônicos, mais ou menos precoces, prejudiciais ao prosseguimento do magistério.

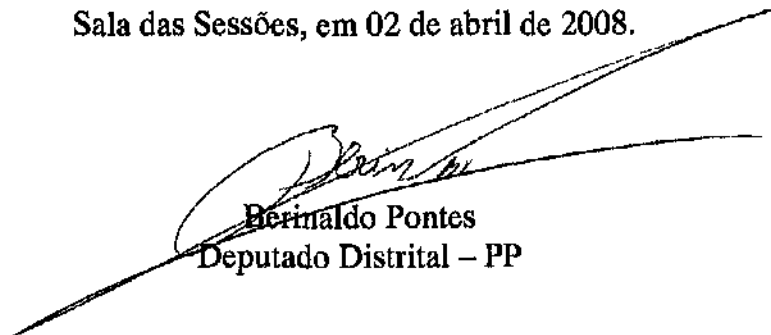
O ruído presente na escola dificulta a boa compreensão da mensagem transmitida ao aluno, provocando modificações nos comportamentos vocais e psíquicos dos professores.

Durante recente pesquisa realizada pela Revista Saúde Pública 2007, a disфонia mostrou elevada prevalência em Professores, o que representa um alto índice de problemas de saúde ocasionando assim o aumento no número de atestados médicos por parte dos professores.

Dessa forma o presente projeto tem como objetivo dispor sobre a adoção de microfones nas instituições de ensino públicas e particulares do Distrito Federal, fazendo com que esse item passe a se tornar também uma medida preventiva sobre a disфонia que acomete os profissionais da Educação que utilizam a fala como ferramenta de trabalho, permitindo que os professores desenvolvam suas atividades com pleno êxito, preservando suas cordas vocais e evitando futuros problemas na voz.

Por todo o exposto, conclamo aos Nobres Pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2008.



Berinaldo Pontes
Deputado Distrital – PP

Em 13.04.08
[Assinatura]
Assessoria de Planalto



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

PROJETO DE LEI N.º **PL 796/2008**
(Do Deputado Distrital BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP,)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CD e CC.

Em _____

Disciplina a inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito no Distrito Federal.

Flaviano Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Planalto

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art.1º A inclusão do nome dos consumidores em cadastros ou banco de dados de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, de qualquer informação de inadimplemento dispensa a autorização do devedor.

Parágrafo único. Caso a dívida não tiver sido protestada ou não estiver sendo cobrada diretamente em juízo, deve ser-lhe previamente comunicada por escrito, e comprovada a sua entrega no endereço fornecido por ele, mediante o protocolo de aviso de recebimento (AR) devidamente assinado.

Art. 2º A comunicação deve indicar o nome ou razão social do credor, natureza da dívida e meio, condições e prazo para pagamento da dívida, antes de efetivar a inscrição.

Parágrafo único. Deverá ser concedido o prazo mínimo de quinze dias para quitação do débito ou apresentação de comprovante de pagamento, antes de ser efetivada a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito.

Art. 3º Para efetivar a inscrição, as empresas que mantêm os cadastros de consumidores residentes no Distrito Federal, deverão exigir dos credores documento que ateste a natureza da dívida, sua exigibilidade e inadimplência por parte do consumidor.

Art. 4º As empresas deverão manter canal direto de comunicação, indicados expressamente no aviso de inscrição, que possibilitem a defesa e apresentação de contraprova por parte do consumidor, evitando a inscrição indevida.

Parágrafo único. Havendo comprovação por parte do consumidor sobre a existência de erro ou inexatidão sobre o fato informado, fica a empresa obrigada a

RECEBIDO
em 02.04.08 14h55
23.243-2

retirar, independentemente de manifestação dos credores ou informantes, os dados cadastrais indevidos, no prazo máximo de dois dias úteis.

Artigo 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Tem a presente propositura a finalidade de garantir aos consumidores, além do direito à informação escrita sobre o motivo do indeferimento de crédito ou a negativa de aceitação de crédito, a certeza e segurança de que eles serão comunicados, quando do lançamento de seus nomes e de seus respectivos números de documentos de identificação nos cadastros e bancos de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, explorados por empresas prestadoras dos serviços de informações creditícias para as instituições financeiras, associações comerciais e clubes lojistas.

A exigência da prévia comunicação escrita é direito do consumidor, consagrado no art. 43, § 2º, da Lei nº 8.078/90, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

A certeza da comunicação prévia, consubstanciada na exigência da comprovação de sua entrega ao consumidor, por sua vez, funciona como prevenção aos direitos civis suspensos nos casos de inserções equivocadas ou mesmo realizadas com a finalidade de exigir do consumidor o pagamento de importâncias indevidas, que acabam acarretando, injustamente, abalos creditícios, e ocasionando a suspensão de uma venda parcelada, do financiamento de um bem, do cheque especial, do cancelamento do cartão de crédito, chegando às vezes a medidas extremadas como a demissão no trabalho ou como fator de impedimento da conquista de um novo emprego.

A comprovação da entrega da prévia comunicação escrita, de débito, enviada ao consumidor, é direito consagrado pela Justiça, conforme se verá a seguir:

I – Na decisão prolatada pelo Juízo da 20ª. Vara da Justiça Federal de São Paulo, na Ação Civil Pública, processo nº 2001.61.00.032263-0, movida pelo Ministério Público Federal, tendo como réus a SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos S/A e o Banco Central do Brasil, foi **CONCEDIDO A TUTELA ANTECIPADA** determinado, dentre outras providências, que:

- a) *a Ré SERASA seja obrigada a exigir dos seus clientes, antes de qualquer ação, documento formal que ateste a existência aparente da dívida ou informação positiva a ser divulgada através do CREDIT BUREAU SERASA, ou banco cadastral de mesma natureza, ainda que com outro nome;*
- b) *os consumidores passem a ser informados pela SERASA, através de carta registrada de mão própria com aviso de recebimento, aguardando-se o prazo mínimo de 15 (quinze)*

dias, após a notificação, para que o eventual lançamento naquele cadastro seja realizado;

- c) seja inserida, no conteúdo da carta registrada, esclarecimento sobre a possibilidade de o consumidor entrar em contato diretamente com a SERASA de modo a comprovar a existência de erro ou inexatidão na informação;*
- d) a Ré SERASA seja compelida a remeter carta registrada de mão própria com aviso de recebimento a todos os consumidores cujos nomes encontram-se de modo ilegal no banco de dados CREDIT BUREAU SERASA e CREDIT BUREAU SCORING, ou outro banco de dados da mesma natureza, dando ciência sobre a forma e o conteúdo das anotações ali existentes, bem como quanto à possibilidade de suspensão do lançamento mediante comunicação, à SERASA, da existência de erro ou inexatidão na informação;*
- e) em havendo comprovação do consumidor, diretamente à SERASA, da existência de erro ou inexatidão sobre o fato informado, seja a Ré obrigada a retirar, independentemente de manifestação dos credores ou informantes, os dados cadastrais indevidos.*

Da referida decisão, foi ainda consignado pelo juízo que, considerando que a SERASA tem sede em São Paulo – Capital, mas oferece os seus serviços em todo País, impõem-se aplicação da presente decisão em todo território nacional, não obstante a regra contida no artigo 16 da Lei nº 7347/85, com as alterações ocorridas posteriormente.

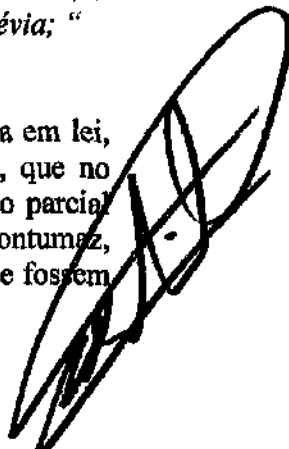
A mencionada decisão encontra-se pendente de julgamento do recurso, na 3ª. Turma do Tribunal Regional Federal.

II – Depois de proferida a referida decisão, o Ministério da Justiça, pela Secretaria de Direito Econômico editou a Portaria nº 5, de 27 de agosto de 2002, complementando o elenco de cláusulas abusivas constantes do art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, da qual consta o dispositivo com o seguinte teor:

“Art. 1º Considerar abusiva, nos contratos de fornecimento de produtos e serviços, a cláusula que:

I – autorize o envio do nome do consumidor, e/ou garantes, a bancos de dados e cadastros de consumidores, sem comprovada notificação prévia; “

III – Outra razão para se estabelecer a referida exigência em lei, decorre de recente decisão, do Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, que no julgamento do Recurso Especial nº 855758/RS, que apesar de dar provimento parcial para excluir a SERASA da indenização do dano moral, em face de devedor contumaz, manteve o cancelamento da inscrição dele em seus bancos de dados até que fossem



cumpridas todas as formalidades legais previstas no § 2º do art. 43, da Lei nº 8.078/90, ou seja, a comprovação da entrega da prévia comunicação escrita ao consumidor.

Ninguém desconhece a importância para o crediário dos serviços de proteção ao crédito ou congêneres. Mas, da mesma forma que não se desconhece que a informação é direito de todos, especialmente, dos financiados de saber o perfil econômico e financeiro dos seus financiados. Na verdade, há um erro clássico na denominação desses serviços, pois, funcionam mais como instrumento de proteção ao Capital, do que dos financiados, os consumidores.

Desta forma, tais serviços informativos, na defesa da segurança dos fornecedores dos créditos, não podem transgredir os mínimos direitos estabelecidos no Código do Consumidor. E como um desses direitos, reside no dever do fornecedor de proceder à prévia comunicação escrita do consumidor quando de qualquer ação que resulte na inscrição do mesmo nos "chamados cadastros negativos". E na comunicação escrita, deve estar compreendida a comprovação escrita de sua entrega do consumidor em relação ao fato.

A comprovação da entrega da comunicação, mediante protocolo do aviso de recebimento assinado (AR), no caso de não haver protesto ou cobrança judicial em andamento, se consubstancia na única prova robusta que dá a certeza e a segurança de que o consumidor foi comunicado do fato, considerando-se que a postagem comprova o encaminhamento da comunicação ao correio, mas não prova que ela foi pelo menos entregue em seu endereço.

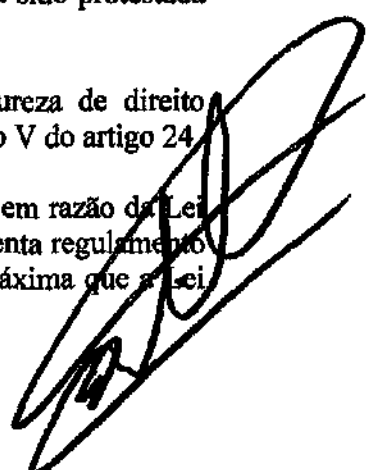
Todavia, a aprovação por esta Casa da presente propositura, consolida todas as garantias e seguranças contidas no Código de Defesa do Consumidor, e que já foram consagradas pela Justiça nos seus mais diversos níveis, bem como na mencionada Portaria nº 5, do Ministério da Justiça.

Por outro lado, a dispensa da comprovação da entrega da comunicação escrita prevista no referido Código, apenas beneficia os grupos ou empresas detentoras do monopólio da exploração dos serviços de informações creditícias em nome das Instituições Financeiras e dos Serviços de Proteção ao Crédito das Associações Comerciais deste País.

Com efeito, a presente propositura propõe o restabelecimento dos direitos previstos em lei e consagrados pela justiça, na proteção e defesa dos consumidores brasileiros, aliás, a parte mais frágil na relação de consumo, exigindo, antes de qualquer ação negativa dos serviços de proteção ao crédito, a devida **comprovação da entrega da comunicação prévia, escrita, ao consumidor, mediante protocolo de recebimento assinado (AR)**, quando não se tratar de dívida que tenha sido protestada ou que esteja sendo cobrada diretamente em juízo.

A matéria é de iniciativa concorrente em razão de sua natureza de direito fundamental e por expressa autorização constitucional prevista no inciso V do artigo 24.

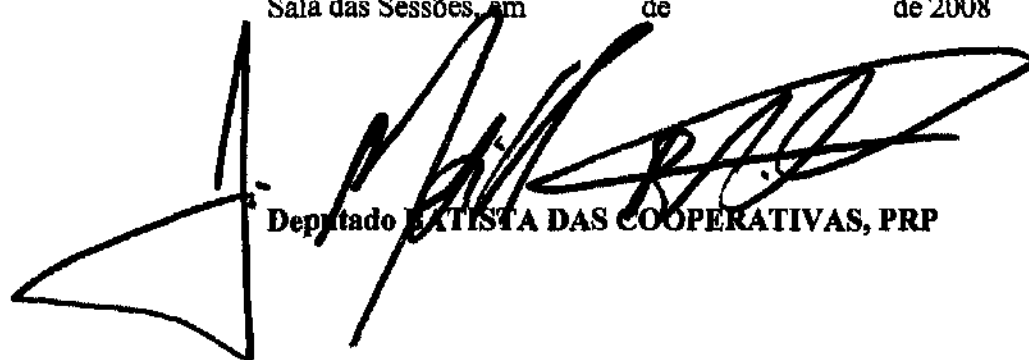
Ainda, não encontra impedimento quanto ao tramite legislativo em razão da Lei nº 514, de 28 de junho de 1993, uma vez que o presente projeto apresenta regulamento específico e mais abrangente que a legislação atual, prevalecendo a máxima que a Lei



posterior, revoga a lei anterior quando trata do mesmo assunto e acrescenta questões que a tornem mais abrangente e completa (§1º do artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil).

Assim, conclamo os nobres Parlamentares a apoiarem e aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2008



Dep. BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

Em 03/04/08
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

PL 797/2008

PROJETO DE LEI Nº.

(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida, ao CDDF e CCL.

Em, _____/_____/_____.

*Dispõe sobre obrigatoriedade da afixação de placa
contendo informações sobre o motorista, o cobrador,
quando for o caso, e a empresa ou cooperativa nos veículos
que operam na Rede Pública de Transporte Coletivo de
Passageiros, e dá outras providências.*

Assessoria de Plenário
Chefe da Assessoria de Plenário

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica determinando que em todos os veículos que operam na Rede Pública de Transporte Coletivo de Passageiros deverá ser afixada, em local de alta visibilidade, placa contendo, em letras bem legíveis, o nome do motorista e seu respectivo registro.

§1º Idêntica obrigatoriedade deverá ser observada em relação aos cobradores, com os mesmos dados, quando o veículo operar também com esse tipo de profissional.

§2º As placas de que trata esta lei deverão ser trocadas e atualizadas sempre que em um mesmo veículo ocorrer a mudança, em caráter definitivo ou transitório, do motorista ou do cobrador, quando for o caso.

§3º Além das placas de identificação do motorista, e do cobrador, quando for o caso, todos os veículos que operam na Rede a que se refere esta lei deverão ter inscrito ou afixado, também em local de alta visibilidade e com letras legíveis, informação contendo o nome, o endereço e demais dados relevantes relativos à empresa ou cooperativa por ele responsável, além de número de telefone fixo e de endereço eletrônico para reclamações.

Art. 2º A infração ao disposto nesta lei acarretará multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), valor que será dobrado na reincidência, a ser cobrada da empresa ou da cooperativa responsável pelo veículo.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o caput deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Fechado em 03/04/08 14h55
23.243
Matrícula

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de sessenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Assistimos várias vezes, pela imprensa notícias de acidentes com ônibus, vitimando e até levando a óbito passageiros indefesos e a mercê das condições dos ônibus e da forma de dirigir do motorista. No transporte urbano, inclusive, essas ocorrências também se fazem presentes até em maior número, conforme demonstram as estatísticas do DETRAN/DF. Assim, o item "acidentes de trânsito com morte-DF, 2006", no subitem "rodovias" apresenta índice de 6% para ônibus e microônibus. No subitem "vias urbanas", esse índice chega a 15%, altamente preocupante.

Ainda recentemente verificamos notícia sobre acidente na rodovia que liga o DF a Águas Lindas, onde dois passageiros perderam a vida. Esse tipo de acidentes precisa ser reduzido, tanto nas rodovias, quanto nas vias urbanas. Nem sempre o motorista tem culpa pelo acidente; muitas vezes é o estado em que se encontra o veículo a quem cabe a culpa. Mas entendemos que é oportuno que o passageiro tenha a quem recorrer para fazer uma queixa sobre o comportamento do motorista. Esse o objetivo deste projeto, qual seja, permitir que o passageiro opine sobre o condutor do veículo, tanto para recriminá-lo pela direção perigosa, quanto para elogiá-lo pelo comportamento positivo.

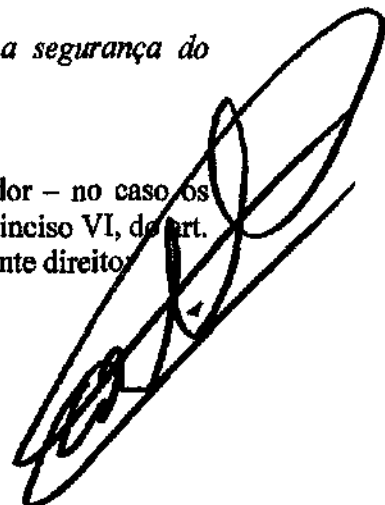
Com isso, estaremos educando motoristas para a segurança no trânsito e os passageiros para que exerçam seu direito de reclamação, quando da prestação de um serviço de transporte de passageiros sem qualidade e que coloque em risco sua integridade física.

A presente proposição encontra amparo no art. 23, inciso XII da Constituição Federal que estabelece:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....
XII – estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito."

O presente projeto reporta-se, ainda, aos direitos do consumidor – no caso os usuários dos serviços de transporte público coletivo – que assegura, no inciso VI, do art. 6º do Código de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor o seguinte direito:



"Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

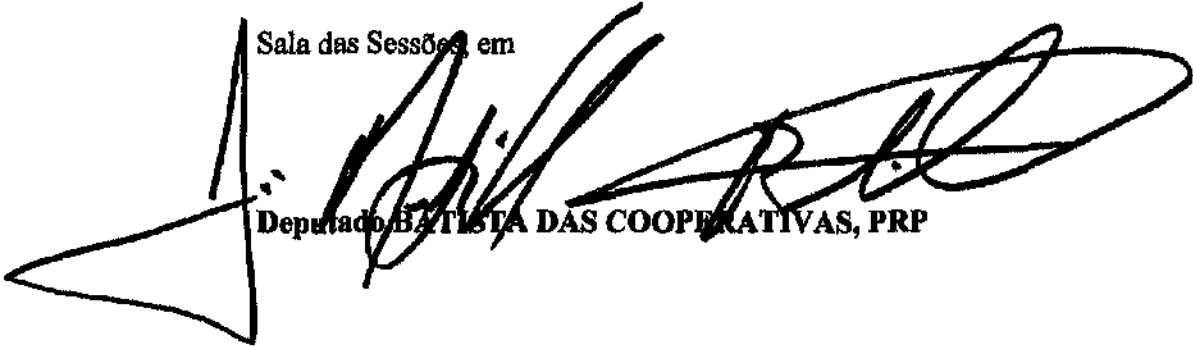
.....

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos."

Cabe registrar que os serviços de transporte público coletivo são concessões do Poder Público, sob regime de permissão ou concessão, cabendo definir obrigações que os permissionários devem cumprir, a bem da segurança dos passageiros.

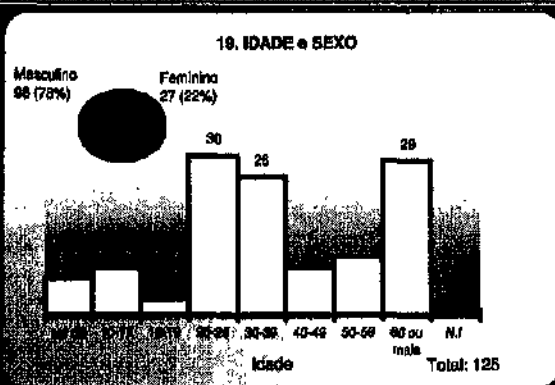
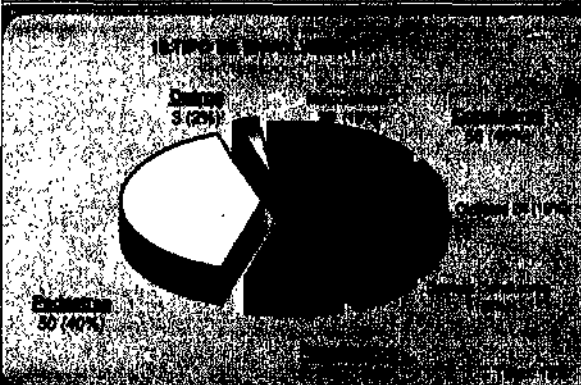
Face ao exposto, conclamo os nobres colegas Deputados a apoiarem a presente proposição.

Sala das Sessões, em

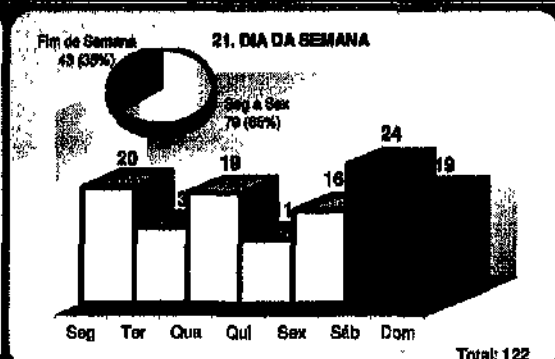
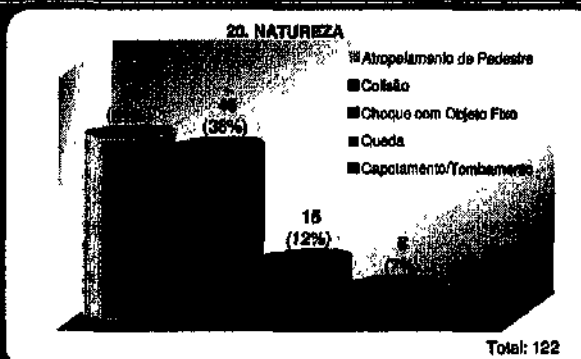

Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

IV - ACIDENTES DE TRÂNSITO COM MORTE - DE 2006 VIAS URBANAS

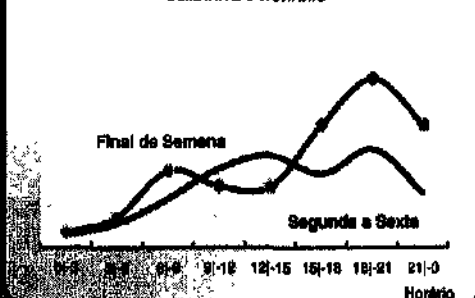
Vítimas Fatais



Acidentes



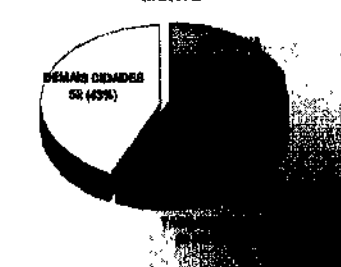
22. MÉDIA DE ACIDENTES COM MORTE SEGUNDO O PERÍODO DA SEMANA E O HORÁRIO



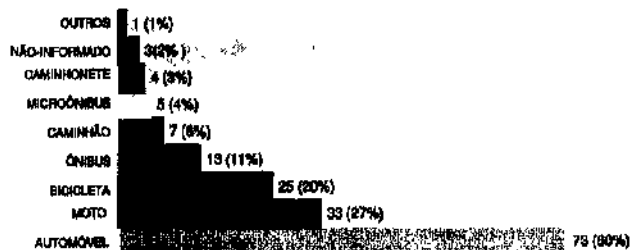
23. VIAS URBANAS COM MAIS ACIDENTES COM MORTE

AV. ELIO MARQUES - PP	7
AV. SUL (AV. DAS NAÇÕES) - PP	7
1ª AV. - SUL - SAM	7
AV. HÉLIO PRATES - TAG	7
VIA PONTE JK - PP	7
VIA DE CONTORNO - GUA	7
EXED W SUL - PP	7

24. CIDADES COM MAIS ACIDENTES COM MORTE



25. ACIDENTES COM MORTE, POR TIPO DE VEÍCULO⁽¹⁾



Fonte: GDF/SETRAN/DETRAN

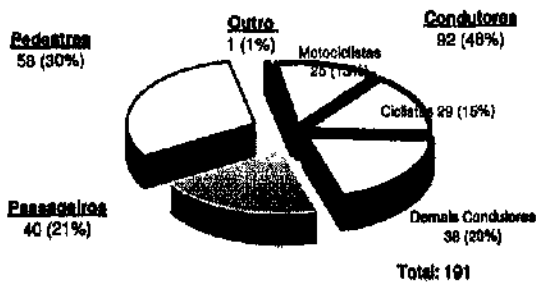
(Data de referência: 15/06/07)

(1) Os acidentes de trânsito envolvendo tipos diferentes de veículos são contados uma vez para cada tipo de veículo.

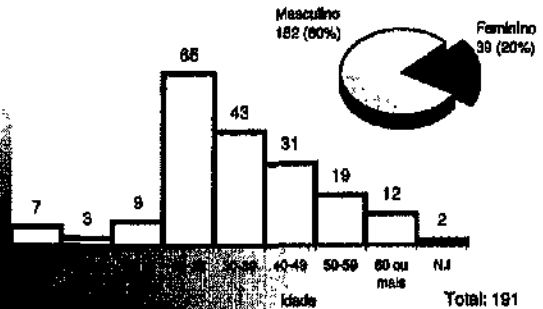
V - ACIDENTES DE TRÂNSITO COM MORTE - DF, 2006 RODOVIAS (DFs)

Vítimas Fatais

26. TIPO DE ENVOLVIMENTO

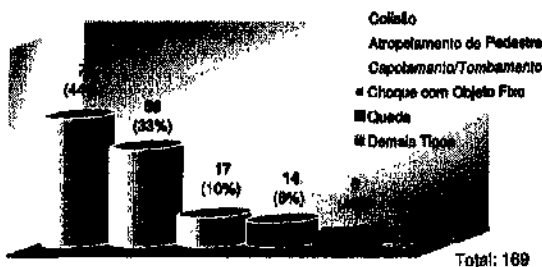


27. IDADE e SEXO

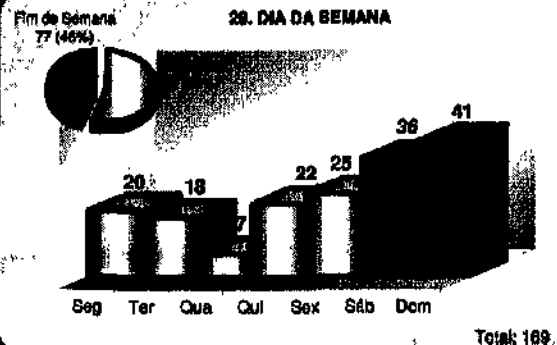


Acidentes

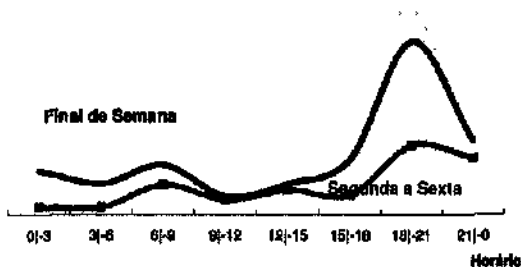
28. NATUREZA



29. DIA DA SEMANA

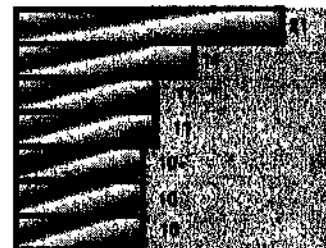


30. MÉDIA DE ACIDENTES COM MORTE SEGUNDO O PERÍODO DA SEMANA E O HORÁRIO

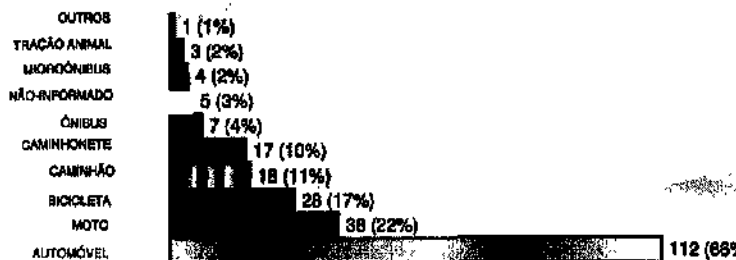


31. RODOVIAS (DFs) COM MAIS ACIDENTES COM MORTE

- DF 001 (GPCT)
- DF 002 (EDÃO)
- DF 005 (EPTG)
- DF 180
- DF 003 (EPJA)
- DF 130
- DF 290



32. ACIDENTES COM MORTE, POR TIPO DE VEÍCULO⁽¹⁾



ACIDENTES

TOTAL: 169
MÉDIA MENSAL: 14

VÍTIMAS FATAIS

TOTAL: 191
MÉDIA MENSAL: 16

Fonte: GDF/SETRANS/PETRAV

(Data de referência: 15/05/07)

(1) Os acidentes de trânsito envolvendo tipos diferentes de veículos são contados uma vez para cada tipo de veículo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

Em 03/04/08
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N.º
(Autor: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida à CAS.

Em, ____/____/____.

Assessoria de Plenário
Chefe da Assessoria de Plenário

*Solicita a Secretaria de
Estado de Desenvolvimento Social e
Trabalho a instalação de creche
comunitária na quadra 518 de Santa
Maria.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para sugerir a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho a instalação de creche comunitária na quadra 518 de Santa Maria.

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade da quadra 518 de Santa Maria e adjacências reivindica a instalação de creche comunitária, de modo que as mães que trabalham tenham onde deixar seus filhos pequenos com tranquilidade. Trata-se de reivindicação justa e pertinente, por isso a apoiamos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em ____ de março de 2008.

[Assinatura]
Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 02/04/08 23.242-7
Assessoria

L I D O
Em 03/04/08
Batista
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

INDICAÇÃO N.º IND 3898/2008

(Autor: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

Do Protocolo Legislativo para registro o, em
seguida, à
Em / /

Assessoria de Plenário
(Sede da Assessoria de Plenário)

Solicita a Secretaria de Estado de Segurança Pública o efetivo e permanente policiamento nas escolas das quadras 218, 316 e 417 de Santa Maria.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para sugerir a Secretaria de Estado de Segurança Pública o efetivo e permanente policiamento nas escolas das quadras 218, 316 e 417 de Santa Maria.

JUSTIFICAÇÃO

Os pais de Santa Maria Norte encaminham seus filhos para as escolas, principalmente das quadras 218, 316 e 417, de forma intranquilha, preocupados com o que possa acontecer com seus filhos. Reivindicam a presença permanente da Polícia Militar – Batalhão Escolar, de modo que o acesso e a permanência dos alunos nas escolas possa ocorrer com segurança, inclusive no retorno para casa. Trata-se de justa reivindicação, a qual apoiamos e pedimos providências que o caso requer.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em de março de 2008.

[Assinatura]
Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebido em 02/04/08
Assinatura *[Assinatura]* 23.243.5

46

Em 03/04/08
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

INDICAÇÃO N.º INB 3891/2008
(Autor: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

De Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida, à

Em

Assessoria de Plenário
Chefe da Assessoria de Plenário

*Solicita a Secretaria de
Estado de Segurança Pública a instalação
de posto policial que atenda as quadras
416, 417, 418, 516, 517 e 518 de Santa
Maria.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para sugerir a Secretaria de Estado de Segurança Pública a instalação de posto policial que atenda as quadras 416, 417, 418, 516, 517 e 518 de Santa Maria.

JUSTIFICAÇÃO

A população de Santa Maria reivindica a instalação de posto policial que realize a segurança pública das quadras 416, 417, 418, 516, 517 e 518 daquela cidade, de modo a obter maior segurança para suas famílias. Trata-se de localidade vulnerável, carente da presença ostensiva da polícia, fato que lhes traria tranquilidade. A reivindicação é justa e pertinente, por isso a apoiamos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em de março de 2008.

[Assinatura]
Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

ASSESSORIA DE PL.
Recebi em 09/04/08 às 14h55
25.243-2
Matrícula



47
Em 03.04.08
Assessoria de Plenário

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gabinete do Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

INDICAÇÃO N.

IND 3892/2008

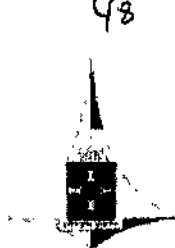
Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a criação da Delegacia da Delegacia Especial de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a criação de delegacia especial de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência.

JUSTIFICAÇÃO

A idéia de que a Polícia do Distrito Federal disponha de atendimento especializado voltado à população idosa do Distrito Federal não é nova. Já em sua primeira legislatura, esta Casa teve dois projetos de lei que tratavam do assunto, um deles de autoria de nosso saudoso Deputado Jorge Cauhy, incansável defensor dos direitos dos idosos.

A cidade de São Paulo já conta com serviço semelhante. Trata-se da Delegacia de Proteção ao Idoso, que tem como papel fundamental investigar denúncias e infrações penais cometidas contra pessoas com mais de 60 anos. Mas que também dá orientações e encaminhamentos aos idosos com dúvidas sobre ações de despejo, problemas com pensões alimentícias e aposentadoria. Segundo o delegado titular, para que o idoso tenha seus direitos respeitados, é preciso que a comunidade denuncie qualquer tipo de agressão ou desrespeito aos cidadãos com idade superior a 60 anos. As investigações mais freqüentes feitas pelos policiais dessa delegacia são de lesões corporais, injúria, maus tratos e abandono material. "Casos de parentes ou responsáveis que mantêm o idoso em locais sujos, sem alimentação adequada e sem ajuda financeira são todos investigados com rigor."



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gabinete do Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

No Plauí, a delegacia do idoso de Teresina, em pouco mais de um ano após sua criação, recebeu mais de 600 denúncias, em sua maioria relativa à apropriação indevida dos valores pagos aos idosos a título de aposentadoria. Segundo o delegado titular, 90% das queixas dizem respeito a corretores e agenciadores de instituições financeiras que coagem o idoso para que assine uma procuração que permita que essas pessoas culdem de sua conta bancária.

Outras capitais brasileiras também possuem delegacia de atendimento ao idoso, como Porto Alegre e Rio de Janeiro, o que demonstra que o atendimento mais personalizado e condizente com a condição de vulnerabilidade do idoso, frente aos demais problemas que ocorrem em uma delegacia comum, é comprovadamente necessário. Há, contudo, que se considerar a inconveniência de existir apenas uma delegacia especializada para o idoso em metrópoles dos portes de São Paulo ou Rio de Janeiro, com todos os problemas inerentes às distâncias e às dificuldades de locomoção dos idosos. O próprio pessoal da delegacia do Rio reconhece que se houvesse mais delegacias o atendimento ao idoso seria mais eficiente.

Segundo os dados estatísticos fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal, **é escandaloso o número de ocorrências em que as vítimas foram pessoas idosas**, número que cresceu assustadoramente nos últimos anos. Em 2005, foram 1.975 casos. Em 2006, 2.488. Em 2007, o número subiu para 6.738 e, em 2008, apenas nos primeiros quarenta dias do ano, foram registradas 1.124 ocorrências de ameaças, homicídios, extravios de documentos, roubos e outros casos tendo como vítimas pessoas com mais de 60 anos.

Pensando nisso, acreditamos que seja melhor criar uma delegacia especializada em atendimento aos idosos, oferecendo serviços adequados à necessidade de sua condição específica.

Do mesmo modo, acreditamos que as pessoas com deficiência também devam receber atendimento diferenciado, pois temos cerca de 300 mil cidadãos com algum tipo de deficiência física ou mental no Distrito Federal. A maior queixa dessas pessoas é



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gabinete do Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

a discriminação de que são vítimas freqüentes, além de maus tratos da própria família e falta de atendimento adequado nos órgãos públicos.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2008.

Deputado MILTON BARBOSA

Deputado ALÍRIO NETO

Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

Deputado BENÍCIO TAVARES

Deputado BERINALDO PONTES

Deputado BISPO RENATO

Deputado BRUNELLI

Deputado CABO PATRÍCIO

Deputado CHICO LEITE

Deputado CRISTIANO ARAÚJO

Deputado Dr. CHARLES

Deputada ERIKA KOKAY

Deputada EURIDES BRITO

Deputada JAQUELINE RORIZ

Deputado LEONARDO PRUDENTE



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gabinete do Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB



Deputada LUZIA DE PAULA



Deputado PAULO RORIZ



Deputado PAULO TADEU



Deputado PEDRO DO OVO



Deputado RAAD MASSOUH



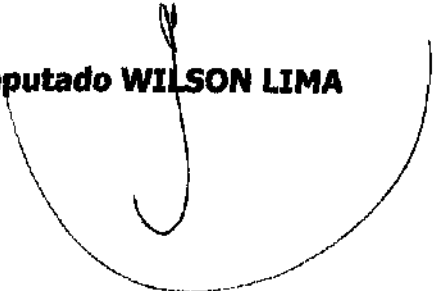
Deputado REGUFFE



Deputado ROGERIO ULYSSES



Deputado RONEY NEMER



Deputado WILSON LIMA



Em 03/04/08
Assessoria de Plenário

MOÇ 159/2008
MOÇÃO Nº
(Da Sra. Dep. LUZIA DE PAULA)

De Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Assessoria de Plenário e Distribuído para inclusão em Ordem do Dia:
Em 1 1 1

Moção de louvor da Câmara Legislativa do Distrito Federal a Jornalista Conceição Freitas, pela excelência do artigo "Ceilândia, Incansável Ceilândia", publicado na Coluna Crônica da Cidade do Jornal Correio Brasiliense no dia 27/03/2008.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no artigo 144, do Regimento Interno desta Casa, sugerimos que sejam apresentados votos de louvor a Jornalista Conceição Freitas, pela excelência do artigo "Ceilândia, Incansável Ceilândia", publicado na Coluna Crônica da Cidade do Jornal Correio Brasiliense no dia 27/03/2008.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção tem a finalidade de homenagear e fazer constar nos anais desta Casa, o artigo "Ceilândia, Incansável Ceilândia", publicado na Coluna Crônica da Cidade do Jornal Correio Brasiliense no dia 27/03/2008.

Dada à sua relevância de cunho jornalístico, histórico, cultural e elevado espírito valoroso, tão importante e imprescindível no contexto da atual sociedade, a pesquisa da excelente jornalista mostra com clareza, principalmente aos que vivenciaram o início da cidade de Ceilândia, os fatos e as histórias fidedignamente narrados por anônimos. Sofrimentos, alegrias, incertezas e angústias do povo ceilandense.

Tal matéria teve conotação de valorização dos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, de uma cidade onde a economia cresce, mesmo sem apoio de políticas públicas econômicas viáveis. Junto a esse crescimento vem o aumento



da auto-estima de uma comunidade assolada pelos problemas sociais e sem incentivos culturais, mas que mesmo assim, vence os obstáculos e a cada dia prova sua força, através de monumentais eventos, sejam eles: regionais como é o caso do maior São João do Cerrado, evento que reuniu em sua 1ª edição um público médio de 50.000 (cinquenta mil) pessoas dia ou também o carnaval que se firmou em seu mais novo espaço, denominado "Cellambódromo", fazendo aí uma homenagem à cidade que acolheu o samba, sem qualquer "pré-conceito", como acolhe o repente, o rap, a embolada e outras expressões da cultura nacional.

Uma cidade que surgiu com uma sigla, CEI – Campanha de Erradicação de Invasões, acrescido do termo inglês “land” que traduzido para o português quer dizer cidade, torna-se hoje a maior e mais populosa cidade do Distrito Federal, também de grande importância no cenário político, por se tratar do maior colégio eleitoral do DF.



Crônica da Cidade

CONCEIÇÃO FREITAS // conceicao.freitas@univap.br | www.univap.br | 13097-900

**CEILÂNDIA,
INCANSÁVEL
CEILÂNDIA**

A seguir, o chefe do Estado Federal é transferido a mais verde, o chamado "Parque", também, e lá, o Plano. O movimento do jogador com o indicador produzindo o movimento do jogador. A movimentação do jogador segue, desde o começo, a linha de vitória, mesmo depois de a vitória já se apresentar por todo o Tab. E a vitória é a vitória do jogador.

[illegible]

Confundido com o chefe mais conhecido do crime de Brasília, Porfirio, o oligarca do crime do quadrilátero quis a cidade brasileira como sua base de operações e ali criou Calandula em agosto. Logo após, Calandula e o chefe brasileiro se aliaram novamente, e o resultado foi Sideral. Assim, deu Que-Não-Não, Sideral, do Sideral e do Quadrilátero. Os dois oligarcas, portanto, Calandula, os capangas ramais no Colúmbio, não o Quilômetro foi pouco pra eles.

॥ अर्चयेत्तु यथा शक्तं नमः शिवाय ॥

[illegible]

Terceira reunião, com longa duração, que se prolongou até tarde da noite, com o objetivo de discutir o plano de trabalho para o ano de 1990. O presidente da Comissão, o senhor José Carlos de Almeida, afirmou que a Comissão tem a intenção de trabalhar de forma mais próxima com a comunidade, através de reuniões e de trabalhos de campo.

[illegible]

galitania, rampeiro, alveteiro ou
tenteiro, e apanha-se a lapa. Coloca-
mos o dozeito num saco, e a ma-
nobra do piqueteiro, que mandava vir a
cavalos os cavalheiros e a cavaleiros re-
volvam-se. A manobra e a manobra
começam aos 27 de março de 1972.
Falta de comunicação, apanha-se a
cavalos os cavalheiros e a cavaleiros
viram o cavaleiro e a cavaleiros
viram o cavaleiro e a cavaleiros
A Cavaleiros apanha-se, a manobra
começa aos 27 de março de 1972.
Falta de comunicação, apanha-se a
cavalos os cavalheiros e a cavaleiros
viram o cavaleiro e a cavaleiros
viram o cavaleiro e a cavaleiros

Este punct de plecare constituie o necesitate clarificată în literatura de specialitate. Într-o lucrare de cercetare științifică este necesar să se prezinte în mod clar și concis obiectul de studiu, scopul și obiectivele cercetării, metodologia utilizată, rezultatele obținute și concluziile finale.

[illegible]

Cellulose completely from 37 and the
lignin is removed before the reaction.

Esse é mais um exemplo de cidadania que merece ser registrado por essa Casa de Leis.

Diante do Exposto e por se tratar de assunto da mais alta relevância, espero contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente moção.

Sala das sessões, em

LUZIA DE PAULA
Deputada Distrital


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rogério Ulysses
REQUERIMENTO Nº
00 878/2008
Em 03/04/08
(Do Senhor Deputado ROGÉRIO ULYSSES)
Assessoria de Plenário
**Ao Poder Legislativo para registro e, em
seguida a CES**
Em, _____/_____/_____.
Simone Pinheiro Lima
Chefe de Assessoria de Plenário
**Requer a realização de audiência pública no
Plenário desta Casa, no dia 16 de abril de
2008, às 19h00, para tratar das questões
relativas à falta de vagas nas escolas
públicas de São Sebastião – RA XIV.**
Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

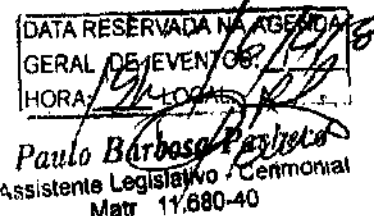
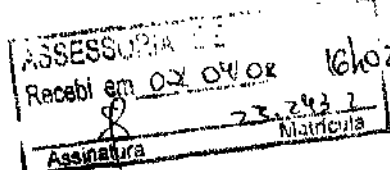
Requeiro, nos termos do art. 145, inciso VIII, combinado com os arts. 85 e 239 a 242, todos do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública no Plenário desta Casa, no dia 16 de abril de 2008, às 19h00, para tratar das questões relativas à falta de vagas nas escolas públicas daquela cidade.

JUSTIFICAÇÃO

São Sebastião é uma cidade que durante os seus quinze anos de existência não teve a atenção necessária do Poder Público, principalmente nos assuntos relativos à educação. Nesses dois anos de mandato percebemos o anseio daquela comunidade que permanece carente de vagas nas escolas públicas tendo que se deslocar, muitas vezes, para regiões administrativas mais distantes.

Neste sentido, considerando tratar-se de uma das áreas de interesse social mais carente de Brasília, estamos propondo a realização de audiência pública, a fim de discutir esse tema e esclarecer à população os principais pontos que interessam diretamente à todos os moradores de São Sebastião.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2008.

ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL - PSB


LIDO
Em 03/04/08
Estas
Assessoria de Plenário



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**

REQUERIMENTO N.º

RQ 870/2008

(Autora: Deputada Eurides Brito)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
à Assessoria de Plenário.

Roman Pinheiro Lima
Diretor da Assessoria de Plenário

Requer a RETIRADA do Requerimento
n.º 765, de 26.02.2008, que
solicitou a reconstituição da PELO
n.º 25/2007.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Requeremos à Mesa Diretora a RETIRADA do Requerimento n.º
765, 26.02.2008, que solicitou a reconstituição da PELO n.º
25/2007.

J U S T I F I C A Ç Ã O

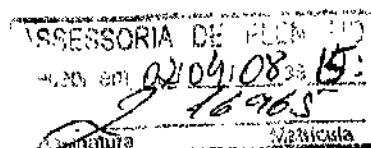
Em 26.02.2008, foi formulado por esta Presidência o
Requerimento n.º 765, para fins de reconstituição da PELO n.º
25/2007.

Todavia, após a formulação do requerimento, o original de
tal proposta foi localizado no gabinete do Deputado Distrital
Milton Barbosa.

Diante disso, requeremos a RETIRADA do aludido
requerimento, ao tempo em que nos escusamos pelo contratempo.

Sala das sessões, em 26 de março de 2008.

EBrito
Deputada Distrital **EURIDES BRITO**
Presidente da CCJ



Em 03/04/08
 Assessoria de Plenário



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DO DEPUTADO RÔNEY NEMER**

REQUERIMENTO Nº 890/2008

(Autoria: Deputado Rôney Nemer)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Comissão, ouvida a Mesa, para deliberar a vista do parecer do relator designado.

Requer realização de Sessão Solene no dia 23 de junho de 2008, às 18:30 horas, no Plenário desta Casa, em comemoração ao 50º aniversário da Igrejinha.

Flammar Pinheiro Lima
 Chefe de Assessoria de Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Conforme os termos do artigo 99 inciso IV do Regimento Interno, venho requerer a realização de Sessão Solene no dia 23 de junho de 2008, no Plenário desta casa, com vistas a homenagear a Igreja Nossa Senhora de Fátima (Igrejinha) pelo seu 50º aniversário.

JUSTIFICAÇÃO

A Igrejinha foi o primeiro templo religioso do Plano Piloto de Brasília, entregue à comunidade antes da inauguração de Brasília e hoje é visitada por turistas do Brasil inteiro.

A construção da obra de arquitetura e a sagração do templo datam de 28 de junho de 1958, quando nas presenças do presidente Juscelino Kubistchek, outras autoridades e convidados, o cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta oficiou o ato litúrgico da Eucaristia.

Por tudo isso e, muito mais, a igrejinha merece ser homenageada por este Parlamento e por esta Casa de Leis.

Sala das sessões, em

**Deputado Rôney Nemer
 PMDB**

DATA RESERVADA NA AGENDA
 GERAL DE EVENTOS
 HORAS: 18:30 LOCAL: 101

Paulo Roberto Pacheco
 Assistente Legislativo - Cerimonial

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF

Matr 11.680-40

ASSESSORIA DE PL
 Recebi em 02/04/08
 Assinatura: 23.243.2
 Matrícula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO

LIDO
Em 03/04/08
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº.
(Autoria: Deputado PEDRO DO OVO – PMN)

RQ 001/2009

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em se
guida, à Comissão ouvidora e flsca. para deli-
berar a respeito de requerer designado.

Em 1/1/09

Francisco Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Requer a realização de Sessão Solene
da Câmara Legislativa do Distrito
Federal, no dia 26 de junho de 2009,
às 10 horas, no Plenário, em
comemoração ao 153º Aniversário do
Corpo de Bombeiros Militar do
Distrito Federal.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Requeiro, com base no art. 145, V do Regimento Interno, a realização de
Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 26 de junho de 2009,
às 10 horas, no Plenário, em comemoração ao 153º Aniversário do Corpo de
Bombeiros Militar do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Dia 02 de julho é comemorado o Dia do Bombeiro Militar, profissional
destemido e audacioso que, muitas vezes, põe em risco a própria vida no cumprimento
de seu dever, combatendo incêndios, salvando vidas e preservando bens.

No Brasil, os registros sobre o trabalho de homens incumbidos do combate
a incêndios remontam à época do Brasil - colônia, quando, em 1763, o Intendente do
Arsenal da Marinha, Conde da Cunha, foi encarregado de dirigir pessoalmente o
combate à extinção dos incêndios na região portuária da cidade do Rio de Janeiro.

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS
HORA 10h LOCAL: 10h

SAIN - Parque Rural - Gabinete 03 - CEP 70.086-900 - Brasília - DF
Paulo Roberto Paschoa
Assistente Legislativo - Cerimonial
Matr 11.680-40

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 02/04/08
23.243



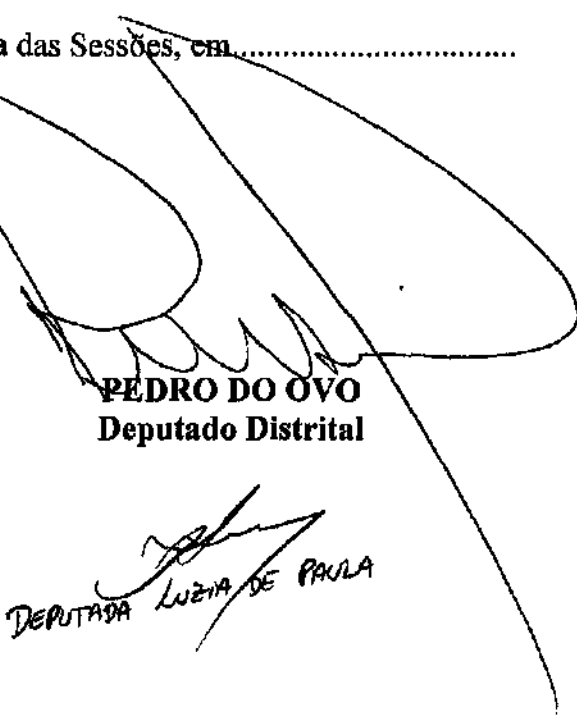
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO

Dada a necessidade de se constituir equipes para combater eventuais incêndios, D. Pedro II, pelo Decreto Imperial nº 1.775, de 02 de julho de 1856, criou o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, que mais tarde deu origem ao Corpo de Bombeiros Militar.

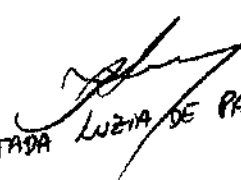
Desde então, a presença de bombeiros em todo o território nacional aumentou substancialmente. Além disso, as equipes de bombeiros foram profissionalizadas, sendo seus contingentes treinados com as modernas técnicas de combate a incêndio e salvamento.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste Requerimento, pelos relevantes serviços prestados por esses profissionais para a população brasiliense.

Sala das Sessões, em



PEDRO DO OVO
Deputado Distrital



DEPUTADA LUÍZA DE PAULA



DEP. ROBERTO ULYSSES



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO

Em 03/04/08
Assa
 Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº. **002/2009,**
(Autoria: Deputado PEDRO DO OVO – PMN)

Requer a realização de Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 08 de junho de 2009, às 10 horas, no Plenário, em comemoração ao dia do Agente da Defesa Civil do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com base no art. 145, V do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 08 de junho de 2009, às 10 horas, no Plenário, em comemoração ao dia do Agente da Defesa Civil do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal (SIDECD/DF), foi oficialmente criado em 08 de junho de 1983, por intermédio do Decreto n.º 7.544, com a finalidade de coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Defesa Civil é o conjunto de medidas permanentes, preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar consequências danosas de eventos desastrosos, previsíveis e imprevisíveis, a fim de preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar social.

DATA RESERVADA NA AGENDA
 GERAL DE EVENTOS
 HORA LOCAL

SAIN – Parque Rural – Gabinete 03 – CEP 70.086-900 – Brasília - DF

Pedro do Ovo
 Assessoria de Plenário - Criminal
 Matr. 11.680.40

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
 Recebi em 02/04/08 às 16h
 23-243-7
 Ass. Plenária



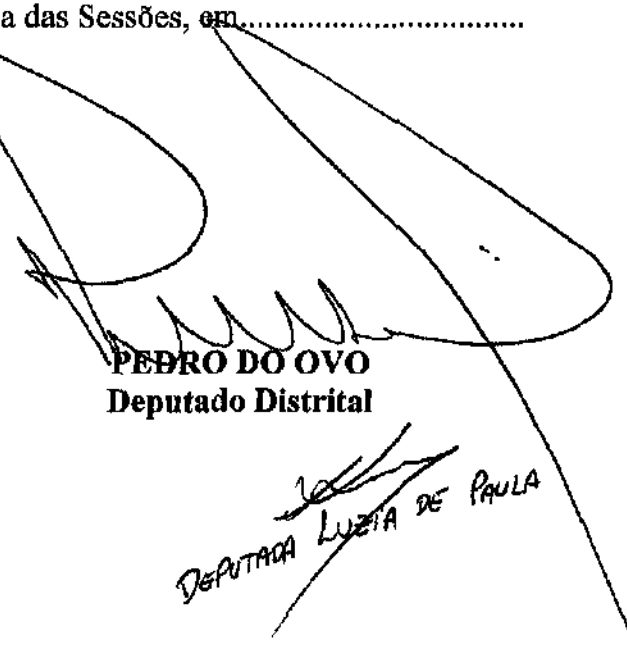
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO**

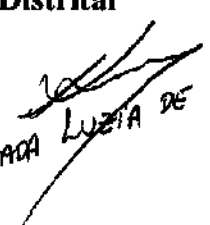
É de competência da Defesa Civil do Distrito Federal, planejar, coordenar e executar o conjunto de ações preventivas, de socorro, de assistência, de recuperação e outras ações de defesa civil, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social.

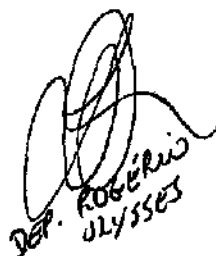
Com a criação do Sistema de Defesa Civil, o Distrito Federal passou a contar com uma fração cuja vocação não era ser mais um órgão de execução de políticas públicas, mas sim um órgão aglutinador, articulador e coordenador das ações dos demais, quando a comunidade brasiliense se visse ameaçada, total ou parcialmente, no atendimento de suas necessidades básicas.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste Requerimento, pelos relevantes serviços prestados por esses profissionais para a população brasiliense.

Sala das Sessões, em.....


PEDRO DO OVO
Deputado Distrital


DEPUTADA LUZIA DE PAULA


DEP. ROGÉRIO
ULYSSES



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Raad Massouh

Em 03/04/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº 883/2008
(Do Senhor Deputado Raad Massouh)

Requer anulação da votação do veto parcial ao PLC 31/2007 (MSG 403/2007).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Com fulcro no art. 257 do Regimento Interno desta Casa, requiro a anulação da votação do veto parcial ao PLC 31/2007 (MSG 403/2007), que "cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal - FUNPCDF, revoga dispositivos da Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, que dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e institui as taxas que especifica, da lei nº 1.026, de 5 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre a autorização para criação do Fundo de Reequipamento dos Órgãos Integrantes da Segurança Pública, e dá outras providências".

JUSTIFICAÇÃO

O processo de votação do veto parcial ao PLC 31/2007 (MSG 403/2007), realizado dia 26 de março do corrente ano, no Plenário desta Casa, foi confuso, gerando dúvidas quanto ao seu resultado.

Durante o processo abstei-me na votação da matéria e depois para acompanhar o bloco parlamentar do qual faço parte, votei pela derrubada do veto. E, assim como eu, outro parlamentar também alterou seu voto.

O dispositivo vetado trata de anistia dos débitos de servidores, ex-servidores, membros e ex-membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal constituídos em decorrência da aplicação da Resolução nº 32, de 26 de novembro de 1991.

Durante a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal trabalharam servidores que recebiam exclusivamente para desenvolver o assunto e faziam parte de tabela de remuneração específica da Lei Orgânica.

Trabalharam também, servidores que não recebiam pela tabela de remuneração específica da Lei Orgânica, mas que dedicaram grande parte do seu tempo em prol do sucesso da proposta.

Além destes trabalhadores, contribuíram ainda, os Deputados que faziam parte daquela legislatura, mas que a elaboração de leis já faziam parte de suas funções.

Esclareço que o dispositivo que trata da anistia foi incluso ao projeto por emenda de autoria de vários deputados, mas que na época da apresentação e da votação do projeto eu não exercia mandato parlamentar.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 01/04/08 - 17h35
23.243-2

Assim, como no momento de votação do veto, não caberia mais alterações no projeto, votei contrário ao veto, por achar que os servidores que não faziam parte da tabela específica eram merecedores do benefício.

Quero esclarecer que não concordo que os Deputados e servidores que já recebiam para elaborar a Lei Orgânica – que faziam parte da tabela específica da Lei Orgânica - também receberam o adicional de atividade legislativa, ou seja, receberam duas vezes para desempenhar a mesma atividade.

Inicialmente, abstive-me da votação por considerar injusto o recebimento do benefício pelos Deputados e servidores que faziam parte da tabela específica da Lei Orgânica.

Quero esclarecer é que não concordo que os Deputados e servidores que já recebiam para elaborar a Lei Orgânica – que faziam parte da tabela específica da Lei Orgânica - também receberam o adicional de atividade legislativa, ou seja, receberam duas vezes para desempenhar a mesma atividade.

Assim, requeiro a anulação da votação do referido veto, para que haja nova discussão e votação sobre a referida matéria.

Sala das Sessões, em



Deputado RAAD MASSOUH
DEM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO V

REQUERIMENTO Nº **RR 884/2008**
(Autoria: Deputado Wilson Lima)

LIDO
Em 03/04/08
Está
Assessoria de Plenário

**Requer o apensamento do PL
nº770/2008 ao PL 368/2007,
por tratarem de matéria
correlata.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Com fundamento no art. 154 do Regimento Interno desta Casa, vimos
requerer o apensamento do PL nº770/2008 ao PL 368/2007, por tratarem de
matéria correlata.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação visa tão somente viabilizar o processo legislativo, no
que diz respeito ao tramite da proposição, considerando acordo entre os
parlamentares, autores dos projetos, em função de substitutivo a ser apresentado.

Diante do exposto, rogamos aos nobres pares o apoio para aprovação do
presente requerimento.

Sala das Sessões, de abril de 2008.

Wilson Lima
Deputado Wilson Lima

Assessoria de Plenário
Arrec. em 03/04/08 as
Está
Assinatura